

21/02/2019

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Secretaria produzirá livros didáticos](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Governo Bolsonaro vai criar comissão para pente-fino ideológico de questões do Enem](#)

[USP lança cátedra patrocinada para treinar professores do ensino básico](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Educação – é possível vencer na crise](#)

**O GLOBO - RJ**

[Varredura no conteúdo do ENEM](#)

[Canecão deve ser demolido para virar espaço multiúso](#)

[Vagas para 16 mil alunos ainda devem demorar a sair](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Escolas querem formar advogados para o futuro](#)

Imprensa Estadual

**DIÁRIO DE CUIABÁ - MT**

[Marxistas sempre na mira](#)

**A TARDE - BA**

[Alfabetização ameaçada](#)

**JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[MEC vai rever texto da base de formação de professores](#)

Agências de notícias e sites

**DIFUNDIR**

[Doutorado em Odontologia da Ilapeo abre período de inscrições](#)

**JORNAL DA MANHÃ NEWS**

[Alunos do Univem publicam trabalhos em parcerias](#)

**AGÊNCIA CÂMARA**

[Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico reivindicam investimentos em educação](#)

[Aposentadoria no setor privado exigirá idade mínima mais tempo de contribuição](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[USP lança cátedra patrocinada para treinar professores do ensino básico](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Enem : mudanças podem comprometer qualidade](#)

**CORREIO WEB**

[Itaú Social e MEC lançam a 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[MEC vai rever texto da base de formação de professores](#)

Agências de notícias e sites

**CONSULTOR JURÍDICO**

[Simpósio em SP discute impactos no meio ambiente das cidades](#)

**GAZETA ONLINE**

[Orgulho! Capixaba ganha bolsa de fundação onde passaram 47 prêmios Nobel](#)

**JORNAL DA CIÊNCIA**

[Capes, USP e Sociedade Brasileira de Bioquímica discutem expansão da pós-graduação](#)

[A Capes e o futuro da pós-graduação brasileira é tema de aula magna na Fiocruz](#)

**PORTAL MT**

[Diretores esclarecem dúvidas sobre recursos e prestação de contas](#)

## **SERRA NOSSA**

[UCS: há 52 anos atuando para o desenvolvimento sustentável da região](#)

## **PORTAL ISTOÉ**

[MEC vai rever texto da base de formação de professores](#)

## **PORTAL VEJA**

[Fla-Flu na Educação](#)

## **R7**

[MEC paralisa discussão de plano para formar professor](#)

Imprensa Estadual

## **CORREIO DA BAHIA - BA**

[Confira hoje a segunda chamada do Prouni](#)

Agências de notícias e sites

## **O PROGRESSO - MA**

[Em Brasília, deputado Marco Aurélio busca apoio da bancada Maranhense para cursos de mestrado e doutorado da UFMA](#)

## **REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

[Ministros participam da posse do novo Conselho Superior da CAPES](#)

[CAPES, USP e Sociedade Brasileira de Bioquímica discutem expansão da pós-graduação](#)

[Anderson Correia destaca importância da educação básica](#)

[Há vagas para capacitação nos Estados Unidos, Canadá e Irlanda](#)

## **AGÊNCIA ESTADO**

[Educar é lidar com imaturidade, inconstância, egoísmos, narcisos feridos, incapacidade de ver o outro e uma insegurança brutal que se traveste de arrogância](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Enem 2019: Governo prepara inspeção em banco de questões para excluir da prova suposta ideologia de gênero](#)

## **JC ONLINE**

[MEC paralisa discussão de plano para formar professor](#)

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

[Dólar à vista reduz alta com chegada de Bolsonaro à Câmara](#)

## **PORTAL EXAME**

[MEC analisa proposta de mudança na formação de professores feita por Temer](#)

## **R7**

[Deputado quer militarizar escolas municipais em Goiás](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES**

**Secretaria produzirá livros didáticos**

**A ideia da pasta é criar material escolar que possa ser complementado a plataformas digitais. Entretanto, 15 mil alunos da rede pública do Distrito Federal ainda não receberam as obras básicas para o ano letivo**

**EDUCAÇÃO**

A Secretaria de Educação anunciou que produzirá material didático próprio para a rede pública de ensino do Distrito Federal. Serão livros de ciências, português e matemática escritos e revisados por um grupo de 50 professores vinculados à pasta. Eles começarão a se encontrar em março no Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação para a criação do material.

A proposta da Secretaria de Educação é produzir obras complementares a plataformas digitais, como um movimento para a “plena informatização das escolas públicas”. Segundo o secretário Rafael Parente, os novos livros didáticos não substituirão aqueles entregues pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). “O livro que vem do FNDE não é o único utilizado nas escolas públicas do DF. Na maioria, as escolas têm outros cadernos e apostilas que tratam de temas mais específicos. Queremos criar e desenvolver, aos poucos, um material didático que seja nosso e se torne o livro principal, norteador da educação pública do DF”, explica Rafael.

Professores da rede pública de ensino do DF que quiserem participar da produção do livro serão submetidos a um processo seletivo. Os trabalhos devem começar em março, e a pasta estima que, em abril, o material chegue aos alunos. “Estamos firmando uma parceria para impressão, diagramação e ilustração. Acredito que o tempo não é curto para um projeto ainda incipiente, que vai ser aperfeiçoado no decorrer do tempo, em outras edições”, destaca o secretário de Educação.

Mestre em educação e professor do Departamento de Planejamento da Universidade de Brasília (UnB), Cleyton Hércules Gontijo considera pequeno o tempo para a produção, principalmente porque os educadores terão de escrever e revisar o conteúdo em horários alternativos, por não serem liberados de sala de aula. “É uma ideia boa. Toda ação que procura contextualizar a prática de ensino com a realidade do aluno é louvável. Mas é preciso muito cuidado, o tempo para uma produção dessas costuma ser extenso, de pelo menos seis meses”, alerta.

Os custos de produção serão bancados pelo orçamento da Secretaria de Educação, e a pasta tenta conseguir a destinação de emendas parlamentares de deputados distritais para complementar a receita. Segundo o governo, ainda não há custo previsto para a produção do material, tampouco se sabe a tiragem dele.

#### Remanejamento

Mesmo com um projeto de produzir novos materiais didáticos, 15 mil alunos da rede pública de ensino não receberam os livros básicos neste ano. O FNDE, responsável pelo repasse do material, enviou ao DF a quantidade de obras referentes à quantidade de alunos matriculados em 2017, ano em que havia menos estudantes na rede. O déficit aconteceu porque o Ministério da Educação se baseou nos últimos dados atualizados do Censo Escolar para realizar a compra.

Na tentativa de resolver o problema, a Secretaria de Educação tenta remanejar livros entre as escolas para que todos os alunos os recebam em até duas semanas.

“Acreditamos que não temos livros suficientes, mesmo entregando o material que tenha sobrado em algumas escolas para as unidades que faltam. Recorremos ao FNDE para a compra de novo material, mas não temos prazo para a entrega. Infelizmente, prejudica a aprendizagem, mas entregamos material complementar para os alunos nessa quarta-feira (ontem), e os professores estão se adequando”, diz Rafael Parente.

topo ↕

#### **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

#### **Governo Bolsonaro vai criar comissão para pente-fino ideológico de questões do Enem**

**Essa é a primeira medida oficial do governo para interferir em conteúdos educacionais**

Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PSL) vai criar uma comissão especial para fazer uma análise ideológica do banco de questões do Enem. O principal alvo será o expurgo de itens que abordem uma suposta "ideologia de gênero", termo nunca usado por educadores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/governo-bolsonaro-vai-criar-comissao-para-pente-fino-ideologico-de-questoes-do-enem.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

### **USP lança cátedra patrocinada para treinar professores do ensino básico**

#### **Ideia é aproximar pesquisa acadêmica do mundo real**

São Paulo

Em busca de reduzir a grande distância entre a pesquisa acadêmica e a realidade das salas de aulas no país, a USP (Universidade de São Paulo) lançará nesta quinta-feira (21), com patrocínio de R\$ 5 milhões da Fundação Itaú Social, uma cátedra com foco no ensino básico.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/usp-lanca-catedra-patrocinada-para-treinar-professores-do-ensino-basico.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO**

### **Educação – é possível vencer na crise**

**PESQUISADOR DO CEPESP/FGV, FOI SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO**

Há menos de dois meses 27 governadores e o presidente da República assumiram seus mandatos tendo diante de si o desafio de implementar seus planos de governo num ambiente complexo: alta fragmentação partidária, polarização na agenda de costumes, crise fiscal e baixa qualidade dos serviços públicos – esta última uma das responsáveis por manter a sombra das jornadas de junho de 2013 sobre todos os ocupantes de cargos públicos no Brasil.

Caberá aos gestores dos sistemas de educação lidar com esses desafios e implementar políticas públicas capazes de resgatar a enorme dívida que temos com nossas crianças e nossos jovens – especialmente os das comunidades mais vulneráveis – e projetar um sistema que responda às rápidas transformações pelas quais o mundo vem passando.

Nossos estudantes abandonam a escola cedo demais. E quem fica não aprende o que é esperado. Uma em cada quatro crianças não conclui o ensino fundamental antes dos 16 anos de idade e 41% não concluem o ensino médio antes dos 19 anos. Mais da metade dos estudantes brasileiros não sabe ler e escrever até os 9 anos de idade. E 7 em cada 100 alunos não sabem o adequado em Matemática ao fim do ensino médio.

É possível navegar nesse ambiente complexo e implementar políticas educacionais capazes de enfrentar esses problemas. Trata-se de construir uma política coerente, com um único objetivo, que serve de filtro a todas as decisões, sejam elas pedagógicas,

políticas ou administrativas: a melhoria da aprendizagem dos estudantes. A cidade de São Paulo experimentou uma política dessa natureza entre os anos de 2017 e 2018 com extremo êxito em diversas frentes.

Em janeiro de 2017 o orçamento da educação na cidade de São Paulo tinha um déficit de cerca de R\$ 450 milhões. Todas as obras estavam paradas, as escolas encontravam-se sem manutenção preventiva havia quatro anos e faltavam cerca de 5 mil professores. Fruto da crise que abateu o orçamento da cidade, todas essas informações foram devidamente e honestamente passadas ainda na transição pela gestão que nos antecedeu. O ataque ao déficit seguiu a premissa maior: preservar todos os investimentos que tinham impacto na melhoria da aprendizagem dos estudantes e agir sobre as despesas não diretamente ligadas a esse fim. Contratos foram renegociados sem a redução do escopo, programas foram resenhados e novas formas de contratação, realizadas.

Essas medidas possibilitaram uma economia de mais de R\$ 500 milhões, ou seja, 20% das despesas livres. Medidas adicionais garantiram uma mudança profunda já em 2018. Foram chamados mais de 14 mil novos profissionais, retomadas todas as obras paradas, as escolas voltaram a ter manutenção preventiva e receberam em 2018 o dobro dos recursos financeiros historicamente angariados. Foram cumpridos os acordos salariais herdados da gestão anterior. Com a criação de mais de 50 mil vagas em creches em tempo integral e a universalização da pré-escola, São Paulo cumpriu com seis anos de antecedência as metas do Plano Nacional de Educação para a educação infantil e hoje conta com o dobro da taxa de matrículas em creches do Brasil, com 61% das crianças da faixa etária atendidas. A garantia de recursos de outras fontes, como os oriundos do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do governo do Estado, assegura o início de novas obras. As medidas adotadas e seus resultados demonstram que é possível ajustar duramente as contas na educação e melhorar as condições das escolas. Especialmente se as medidas se mostrarem lógicas e forem tomadas de forma transparente e dialogada.

Uma política educacional coerente no campo pedagógico pressupõe clareza de objetivos, a colaboração entre os atores da comunidade escolar em seu desenho e implementação, e, sobretudo, o alinhamento entre o que se declara e as ações concretas. A efetiva colaboração dos profissionais da escola, dos estudantes e especialistas ajuda a construir um projeto educacional consistente, coeso, flexível e adaptável aos dilemas enfrentados durante a implementação. Essa estratégia proporcionou à cidade de São Paulo, em dois anos, criar e integrar seu novo currículo à formação de professores e ao novo sistema de avaliação. Outros frutos desse “modo de fazer” foram os materiais estruturados para uso em sala pelos alunos e professores e uma inovadora plataforma digital. Este recurso tecnológico reúne sequências didáticas alinhadas ao currículo, o que permite a integração entre os conteúdos e o diário de classe digital dos professores e promove a colaboração entre educadores de uma mesma escola e entre escolas espalhadas pela cidade.

Por entender que o recurso público não precisa ser gasto mais de uma vez para um mesmo fim e que a colaboração possibilita a melhoria contínua de seus produtos e sistemas, a cidade adotou as políticas de Recursos Educacionais Abertos e de Códigos Abertos, que permitem o uso livre de tudo o que produz, dos materiais pedagógicos aos sistemas de informática. E já vêm sendo usados por outros municípios e Estados brasileiros. Os resultados iniciais são muito positivos.

As avaliações externas mostram avanços em todos os anos do ensino fundamental. O resultado da alfabetização foi ainda mais expressivo: em 2016 a cidade alfabetizava 86% de seus estudantes até os 8 anos de idade. Em 2018 alfabetizou 92% dos estudantes aos 7 anos de idade. A nova geração de estudantes paulistanos foi alfabetizada um ano mais cedo!

É possível enfrentar os desafios de garantir educação de qualidade para todos em tempos de crise fiscal, polarização e agendas difusas. O caminho está na adoção de uma política pública coerente, focada nos estudantes, construída de forma colaborativa, transparente e sem dissociar o discurso da prática.

O caminho é adotar uma política coerente, focada nos estudantes, de forma colaborativa

topo ↕

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### Varredura no conteúdo do ENEM

#### Governo cria comissão para inspecionar questões e excluir ideologia de gênero

BRASÍLIA - O governo federal vai revisar todas as perguntas do Banco Nacional de Itens (BNI), de onde saem as questões que serão usadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. Uma comissão formada por quatro pessoas terá a missão de anular itens que expressem uma suposta “ideologia de gênero” — apontada como uma das principais mazelas da educação brasileira pelo presidente Jair Bolsonaro, embora não haja levantamento sobre a dimensão disso nas escolas e nem mesmo reconhecimento desse termo por parte de educadores.

Para especialistas ouvidos pelo GLOBO, a iniciativa é “grave” e pode até mesmo colocar em risco a excelência das avaliações.

A decisão de fazer uma devassa no BNI, tratada ainda sob sigilo, foi anunciada em reunião interna nesta semana e confirmada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A entidade é responsável pelo cadastro robusto com questões de qualidade técnica testadas para compor as diferentes avaliações educacionais do governo federal. Os itens voltados ao Enem serão os primeiros a serem revisados para que o exame deste ano não traga assuntos considerados inadequados pelo novo governo. Mas o banco inteiro passará pela inspeção.

O BNI também fornece questões para provas que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), usadas para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), e os testes aplicados para medir a qualidade do ensino superior, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), entre outros.

### ‘MARXISMO CULTURAL’

Dos quatro integrantes da comissão que será criada para revisar o Banco Nacional de Itens, dois devem ser indicados pelo Ministério da Educação (MEC), capitaneado pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Entusiasta do combate ao que chama de “marxismo cultural” nas escolas e universidades, Vélez Rodríguez já fez diversas declarações, inclusive em sua posse no cargo, contra uma “tresloucada onda globalista” que seria responsável por “destruir valores” da sociedade ligados a “família, igreja e pátria”.

Os outros dois lugares restantes na comissão poderão ser ocupados por um representante do Inep e outro da “sociedade”, desde que ligado ao setor da educação. Os nomes não estão definidos. Quem fez o anúncio em agenda interna foi o próprio presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, que vai criar o grupo. A comissão deve elaborar um parecer, a partir do qual os itens serão excluídos do banco de questões, com a análise do corpo técnico do instituto.

Procurado pelo GLOBO, Marcus Vinicius Rodrigues confirmou a informação, dizendo que o Enem deste ano já será montado sob o crivo da revisão do BNI. De acordo com ele, o objetivo é ter uma prova que meça conhecimento sem fazer uso de “termos e posições” em desacordo com a “nossa sociedade”.

— Num primeiro momento, faremos com o Enem. E pretendemos, sim, fazer com todas as provas. Nosso objetivo é fazer com que as provas mantenham o respaldo técnico que já têm. São provas excelentes, mas também queremos fazer com que essas provas busquem o conteúdo usando termos e posições que tenham alinhamento mais adequado com a nossa sociedade — afirmou o presidente do Inep.

Ele destacou que questões relacionadas à “ideologia de gênero”, bem como outras que não estão de acordo com os “valores da sociedade”, serão excluídas do banco. Segundo ele, a prova não perderá em conteúdo com as mudanças.

— Não sei como uma questão de ideologia de gênero poderia medir o conhecimento de um profissional que venha a atuar no mercado. Como ela, provavelmente, não vai mensurar esse conhecimento, vou sugerir, sim, que uma questão que tenha essa conotação não conste na prova.

Rodrigues afirmou que os quatro integrantes da comissão serão “pessoas que tenham legitimidade e conhecimento necessário”. Ele não adiantou os nomes a serem convidados nem o perfil acadêmico procurado. Mas prevê para breve a formação do grupo.

## ‘MUITO GRAVE’

O presidente do Inep, no entanto, não terá tarefa fácil caso queira recrutar especialistas em educação. Na avaliação deles, a medida é muito grave e pode trazer danos para a qualidade da prova e para a imagem do instituto.

— O principal problema é técnico. Levam-se muitos anos para construir um banco de itens consolidado e que garanta o direito a uma avaliação justa para todos. Criar uma comissão como essa vai restringir a qualidade das questões. Isso é muito grave

— criticou Cleuza Repulho, ex-presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e especialista em Educação. — Não está em jogo uma questão ideológica, e sim uma questão de qualidade da avaliação.

A educadora Andressa Pellanda, coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diz que o governo está desalinhado com as tendências internacionais:

— Qualquer país do mundo que se diga minimamente progressista tem políticas voltadas à igualdade de gênero e ao combate às discriminações. Isso está previsto em diversos tratados internacionais.

Durante a campanha eleitoral, o então candidato Jair Bolsonaro criticou uma questão do Enem 2018 que trazia, no texto de apoio, menção a um dialeto usado pela comunidade LGBTI. Na época, ele disse que, caso eleito, olharia antes aprova.

Questionado se o presidente inspecionará o exame deste ano, Rodrigues afirmou que, respeitando as questões jurídicas e legais, ele decidirá sobre isso quando houver um eventual pedido do presidente. Porém, destacou a legitimidade dada a Bolsonaro pela votação popular expressiva, mas sem afirmar se ele teria acesso à prova.

Colaborou Paula Ferreira

topo ↕

**O GLOBO - RJ - RIO**

**Canecão deve ser demolido para virar espaço multiúso  
BNDES fará estudo para que iniciativa privada explore áreas da UFRJ,  
proprietária da casa de espetáculo, que sai de cena para dar lugar a um novo  
equipamento cultural; em troca, universidade receberá obras**  
[renan.rodrigues@oglobo.com.br](mailto:renan.rodrigues@oglobo.com.br)

Em silêncio há nove anos, um dos maiores palcos da MPB, o Canecão pode, enfim, voltar a receber grandes espetáculos. A saída para fazer a casa retornar à cena cultural está sendo estudada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como antecipou Ancelmo Gois em sua coluna no GLOBO. A instituição financeira vai elaborar um plano para que a iniciativa privada explore o espaço, que pertence à UFRJ, em troca de investimentos nos campus da universidade. O projeto prevê a demolição do antigo prédio e a construção de um equipamento cultural multiúso.

O objetivo é montar a concessão de um lote de terrenos da UFRJ. Há áreas disponíveis na Praia Vermelha, na Praça da República e na Cidade Universitária. A proposta final terá que passar pela análise dos órgãos colegiados da UFRJ, que pretende exigir, como contrapartida, a construção de moradias e restaurantes estudantis.

Servidores da universidade e técnicos do banco se reuniram anteontem para definir datas do plano, que será conduzido pelo consórcio Fator/Galípolo/Pedrotaddei/VG&P. Prevista para terminar em junho, a primeira etapa será avaliar os espaços da Praia Vermelha, onde fica o Canecão, inaugurado em 1967. No mês seguinte, ficam prontos os estudos sobre os terrenos na Cidade Universitária, no Fundão.

—A UFRJ solicitou um estudo do BNDES para que vários de seus terrenos pudessem ser também utilizados pela iniciativa privada. A ideia que apresentamos, inicialmente, é que haja a contrapartida com a realização de obras prioritárias como as no alojamento e no Hospital Clementino Fraga Filho, além de manutenção, que é um problema muito importante no setor público. Em troca, haveria a possibilidade do uso desses terrenos por agentes privados. A ideia não é vender o espaço para a iniciativa privada, mas estabelecer uma colaboração virtuosa para a universidade, em que ela possa resolver seus principais gargalos — explicou a vice-presidente da Associação de Docentes da

UFRJ, Lígia Bahia.

Enquanto a reabertura do novo Canecão não sai do papel, ficam a torcida e as lembranças de quem viveu intensamente os dias de efervescência da casa de shows.

—Ela era a mais conhecida na Europa. A casa era mágica. Parecia que todos os artistas que se apresentavam ali conseguiam deslanchar a carreira. Eu passei a frequentar ainda na barriga da minha mãe —contou Jéssica Simões, de 25 anos.

A mãe dela, Mônica Barbosa da Silva, de 52 anos, guarda boas recordações:

—Minha filha ainda viu o Cazuzza na cadeira de rodas, no último show dele no Canecão.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - RIO

### **Vagas para 16 mil alunos ainda devem demorar a sair Estado planeja matricular jovens na rede privada, mas medida depende de autorização judicial ou de lei aprovada pela Alerj**

[bruno.alfano@extra.inf.br](mailto:bruno.alfano@extra.inf.br)

Duas semanas após o início do ano letivo, as soluções apresentadas pelo secretário estadual de Educação, Pedro Fernandes, para matricular 16 mil alunos que não conseguiram vagas na rede, devem demorar. Uma delas, pagar mensalidades para esses jovens em escolas privadas, depende de autorização judicial ou de uma lei aprovada na Assembleia Legislativa (Alerj). E, após um desses trâmites, teria que ser feito um chamamento público para colégios particulares se candidatarem.

Isso significa que, depois da autorização da Justiça ou do Legislativo, o estado terá que publicar um edital em Diário Oficial apresentando o quanto pode pagar por cada vaga. Depois, os colégios privados que se interessarem se apresentam, e só então o aluno pode ser matriculado. Pedro Fernandes não divulgou a quantidade de vagas que pode comprar, mas já definiu alguns critérios.

— Depende de quantos alunos vão aderir. Poderão receber essas vagas, estudantes que não conseguiram vaga ou que, obrigatoriamente, tiveram que estudar no turno noturno porque não havia vaga de dia — afirma o secretário. — Claro que vamos pagar um valor abaixo do de mercado. Mas isso não deve ser problema porque as escolas têm vagas ociosas. O custo de receber dois alunos, três alunos por turno, não aumenta para o colégio.

## EXEMPLO DO MAIS MÉDICOS

O chamamento público foi usado, por exemplo, pelo governo federal no fim do ano passado para a contratação de profissionais para o programa Mais Médicos após a saída dos profissionais cubanos no país. O processo levou um mês desde a publicação do edital até o primeiro médico contratado chegar à cidade onde iria trabalhar. No entanto, 15% das vagas tiveram baixa procura e demoraram mais de três meses para serem preenchidas.

— Um chamamento público bem organizado, com requisitos objetivos, pode demorar muito tempo, fazendo com que esses alunos percam muitas aulas. O que aconteceu no Mais Médicos é que os profissionais não se interessaram por determinadas vagas em

lugares distantes. E isso pode acontecer no Rio também. Pode acontecer de as escolas decidirem não aderir ao chamamento público por medo de inadimplência do estado — afirmou o professor de Direito Administrativo da PUC-RJ Manoel Peixinho.

A pressão por uma solução rápida e a falta de previsão legal para a compra de vagas fazem com que essa solução seja vista com ceticismo por deputados. Flávio Serafini (PSOL) — que participou de reunião ontem com os colegas Renan Ferreirinha (PSB) e Waldeck Carneiro (PT) e com o secretário Pedro Fernandes para debater o problema — afirma que a medida causa “desequilíbrio na rede”.

Pedro Fernandes defende que esse é um problema de “décadas” no estado, mas que só agora foi exposto. Segundo ele, os alunos são empurrados para as aulas no período da noite por não conseguirem vaga no turno da manhã ou da tarde. Enquanto caiu a população em algumas áreas do estado, outras regiões tiveram crescimento. O fato de a rede de ensino não ter se adaptado a esse movimento deixou áreas com vagas ociosas e outras com falta de escolas.

—O estado tem esse diagnóstico há pelo menos dez anos. Ele fechou escolas, até demais, onde a população diminuiu, mas não construiu onde o número de jovens cresceu — afirmou Serafini.

## OUTRAS SOLUÇÕES

A maior parte dos 16 mil estudantes sem vagas está concentrada na cidade do Rio. Bairros como Santa Cruz e Campo Grande, ambos na Zona Oeste, e Marechal Hermes, Inhaúma, Ilha do Governador e Parada de Lucas, na Zona Norte, têm os maiores déficits. Nos últimos dias, a secretaria já conseguiu diminuir a carência de 20 mil para 16 mil. Nesse tempo, fez um pente-fino nas salas vazias.

— As vagas do período diurno já estão 100% preenchidas. Não cabe mais ninguém — afirma Fernandes.

No encontro de ontem à tarde, o secretário anunciou como solução para a falta de vagas o uso de um prédio da Faetec, na Vila Kennedy, e de outro da Fundação Leão XIII, em Irajá, como escolas. Também afirmou que iniciou um processo de aquisição de imóveis no Méier e em Vaz Lobo também para receber alunos.

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

### Escolas querem formar advogados para o futuro

A tecnologia está começando a mudar a rotina dos escritórios de direito e de departamentos jurídicos de empresas. Com o avanço da automação e da inteligência artificial, os advogados precisam se reinventar. Tarefas mais burocráticas como elaboração de documentos e acompanhamento de processos passam das mãos dos profissionais para as máquinas. Para atender às transformações desse mercado, muitas escolas de direito estão começando a incrementar o currículo pensando na formação do advogado do futuro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6128967/escolas-querem-formar-advogados-para-o-futuro>

topo ↕

## DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - ARTIGOS

### Marxistas sempre na mira

No artigo “Tragédias acima de todos” (publicado em 14/02), destaquei um dos infortúnios deste nosso momento: o constante ataque que as universidades federais passariam a receber do governo.

Pois bem. O bombardeio começou.

Há poucos dias, Ricardo Vérez Rodríguez, ministro da Educação, e Sérgio Moro, da Justiça, assinaram documento pelo qual se estabelece algo próximo de uma “Lava Jato da Educação”.

Conforme Rodríguez, “o objetivo é apurar indícios de corrupção, bem como atos lesivos à administração pública no âmbito (sic) do MEC e de suas autarquias nas gestões anteriores”.

Até aí, nada contra. Se houver crimes, que os responsáveis sejam legalmente identificados. Todavia, a partir desse documento, Rodríguez – não sem um quê de vingança – sai do campo do discurso e passa a entrar de forma concreta nas federais, que são verdadeiras joias (materiais e imateriais) da sociedade brasileira.

Detalhe: sua entrada será feita com base no mesmo discurso utilizado pelos golpistas de 64: o anticomunismo e/ou o antimarxismo; aliás, termos sempre confundidos pelos que não admitem as críticas irrefutáveis feitas por Marx ao sistema capitalista, devorador por excelência.

O ministro da Educação parece estar inserido no conjunto dos que desconhecem a teoria marxista, mas, mesmo assim, dela, têm ojeriza. Por isso, em recente entrevista à Veja, ele contou ter se tornado ministro por indicação de Olavo Carvalho a Bolsonaro, que teria lhe perguntado se ele tinha “a faca nos dentes para enfrentar o problema do marxismo (sic) no MEC”.

Resposta ao presidente: “É o que faço há trinta anos. Como professor de universidade pública, fui marginalizado na concessão de bolsas... Nunca consegui uma bolsa por causa do aparelhamento do MEC pelos petistas”.

De minha parte, em artigos anteriores, tratei desse real aparelhamento mencionado por Rodríguez; todavia, paradoxalmente, era um aparelhamento – pasmem – também antimarxista. As provas são inúmeras. Destaco um episódio que se tornou notícia n’O Globo no dia 06/06/2014, em pleno governo de petistas neoliberais, absurdamente confundidos como marxistas, comunista/socialistas.

Pelo título da matéria – “Governo nega projeto por ser marxista e revolta pesquisadores da UnB, Uerj e UFRN” –, tomamos conhecimento da patrulha ideológica que já havia contra a teorização marxista; isso bem antes da chegada de Bolsonaro ao poder.

No corpo da matéria, é dito que “O projeto intitulado “Crise do Capital e Fundo Público: Implicações para o Trabalho, os Direitos e as Políticas Sociais” foi apresentado para um edital da **Capes** (órgão fomentador de pesquisa) por 19 professores, 9

doutorandos, 15 mestrandos e 27 graduados da Universidade de Brasília, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os projetos avaliados pela **Capes** recebem um parecer de um acadêmico que não é identificado. Com o parecer negativo, não se disponibiliza verba para a pesquisa. O parecerista negou o projeto por considerar que a metodologia marxista não viabiliza que a pesquisa atinja seus objetivos”.

Disse mais: que “a contribuição marxista à ciência brasileira parece duvidosa”.

Portanto, o ministro antimarxista poderia abraçar os colegas marxistas – via de regra, tolhidos pelos incautos pós-modernos que tomaram de assalto a academia – pelo mesmo motivo: patrulha ideológica.

Enfim, este é o cenário de degradação crítica – produzido há anos – das federais, que, internamente, assim como a sociedade, encontra-se cada vez mais dividida.

\* ROBERTO BOAVENTURA DA SILVA SÁ, Dr. em Jornalismo pela USP/Professor da UFMT

[rbventur26@yahoo.com.br](mailto:rbventur26@yahoo.com.br)

topo ↕

## A TARDE - BA - OPINIÃO

### Alfabetização ameaçada

Liane Castro de Araújo

Professora da Faculdade de Educação – Ufba

O Brasil segue, certamente, com o desafio de reduzir os índices de analfabetismo, que envolve condições fundamentais, como a valorização do profissional docente e o investimento na estrutura das escolas públicas. A solução para a questão não é simplória, esses desafios exigem esforços muito maiores do que a questão do método de ensino, como insinua Carlos Nadalim, secretário da alfabetização no MEC.

Nadalim é um youtuber que fala de alfabetização, sobretudo, para os pais, prometendo soluções simples e instrumentais para alfabetizar os filhos em casa, com o argumento de que a escola, supostamente “colonizada” pelo “viés ideológico” do construtivismo, letramento e “método global” – tudo isso confundido como uma coisa só – não está dando conta da tarefa. Sua parca experiência em educação vem de uma pequena escola privada, propriedade de sua mãe. Certamente, não conhece a escola pública e não tem nenhum compromisso com as crianças e famílias de classes menos favorecidas, com poucas oportunidades de convívio com práticas letradas. Seus argumentos irônicos de desqualificação de autores consagrados com os quais não concorda revelam uma miscelânea de diferentes perspectivas, atacadas como se fossem uma coisa só – o que achata um campo que é complexo, reduzindo-o a uma disputa binária.

A solução apontada? Utilizar o “seu método”, uma farsesca novidade que nada mais é do que um requentado método fônico, divulgado por ele nas redes, com inúmeros

equivocos teóricos, reduzindo a língua escrita a um código e o ensino à transmissão de conteúdos a partir de um passo a passo que qualquer um poderia aplicar. Tal proposição é uma afronta à escola, aos professores, à universidade que os forma, e aos especialistas que não sejam aqueles alinhados a sua perspectiva.

O campo da alfabetização é um campo de conflitos e disputas de concepções, e falta a ele saber-se defensor de uma delas. Ao contrário, apresenta-se, arrogantemente, como o portador da verdade última, única solução legítima para os problemas da alfabetização no Brasil. E coloca-se “fora” da ideologia. Porém qualquer proposta de alfabetização tem, subjacentes, perspectivas epistemológicas e sociopolíticas, mesmo o tecnicismo aparentemente mais neutro. A linguagem e a alfabetização não existem desvinculadas da vida social.

O neotecnicismo aí defendido é ideológico, alinha-se a uma perspectiva tecnocrata, ultraneoliberal na educação, com foco no desmonte progressivo das instituições de ensino e na “confusão” proposital entre pensamento crítico e comunismo. Tudo isso associado à chance, há muito buscada pelos defensores do método fônico, de cavar seu lugar nas políticas públicas e nos contratos editoriais milionários.

topo ↕

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL**

### **MEC vai rever texto da base de formação de professores**

O Ministério da Educação (MEC) decidiu rever o texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do ex-presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em nota, o MEC informou que "quer ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base", acrescentando que somente após analisar o texto decidirá se fará ou não alterações.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentando no ano passado, entre outras questões, estabelece que essa formação deverá ser mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com o texto enviado ao conselho, desde o primeiro semestre do curso de graduação os futuros professores deverão ter atividades práticas em uma escola, pelo menos uma vez por semana. Cada faculdade ou instituição de ensino deverá ser associada a uma ou mais escolas de educação básica. A base traz sugestões de modificação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), para que seja anual e sirva como habilitação à docência.

A Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica faz parte de uma série de mudanças que deverão ocorrer desde o ensino infantil até o ensino médio do Brasil. O MEC homologou em 2017 e 2018 respectivamente a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Infantil e Fundamental e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Os documentos estabelecem o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas do país, públicas e particulares.

A base para a formação dos professores pretende adequar o que é ensinado nas universidades ao que os novos docentes deverão aplicar nas salas de aula. A nova base

deverá conversar com resolução aprovada também pelo CNE e homologada pelo MEC em 2015. Entre outras medidas, a resolução estabelece que a formação dos professores será mais longa e mais voltada à prática em sala de aula.

topo ↕

## **DIFUNDIR - TEMPO REAL**

### **Doutorado em Odontologia da Ilapeo abre período de inscrições**

A Faculdade Ilapeo abriu as inscrições para o curso de Doutorado Profissional em Odontologia. Entre as propostas do curso estão a de formar profissionais com qualificação para atuar em áreas como clínica, docência, pesquisa acadêmica ou industrial; e nos setores comercial e da indústria. Com concentração em Implantodontia e Ortodontia, o doutorado da Ilapeo é o primeiro na modalidade profissional aprovado no Brasil.

Outro diferencial do curso é a internacionalização, já que por meio de convênios com instituições de ensino de outros países, irá promover o intercâmbio dos alunos para a formação também no exterior. O coordenador dos programas de Mestrado e Doutorado da Faculdade Ilapeo, Luis Eduardo Marques Padovan comenta que o curso foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação (MEC), no final do ano passado. E isso foi reflexo do bom desempenho do programa da instituição, que teve a nota majorada na última avaliação do órgão.

“Em 2017 programa de mestrado profissional da Ilapeo passou a ter nota 4 junto ao CAPES, o que tornou a faculdade apta a implantar cursos de doutorado. Agora estamos ofertando o curso na modalidade profissional que amplia as possibilidades dos profissionais de atuar na área da odontologia”, comenta Padovan. A proximidade da instituição de ensino com empresas do setor também será um facilitador para a formação dos alunos, destaca o diretor científico da Ilapeo, Geninho Thomé. “A parceira da Faculdade com empresas como a Neodent, Straumann e Neoortho são fundamentais para os cursos da Ilapeo, pois elas fornecem materiais, tecnologia e financiamento. Além desses benefícios os alunos do doutorado poderão trabalhar no desenvolvimento de pesquisas e de novos produtos”, afirma.

Para a diretora geral da Faculdade Ilapeo, Clemilda Thomé a implantação do curso de doutorado reforça o papel da instituição de ser uma escola de referência. Além disso, o início do curso também marca os 15 anos da Faculdade, que será comemorado em 2019. “Nesses 15 anos de atividades conseguimos concretizar o sonho de transformar a Ilapeo em um centro de formação continuada de referência para os profissionais da odontologia. Para isso investimos na estrutura física e nos mais competentes professores e colaboradores. E o reconhecimento veio por meio da aprovação do CAPES na liberação do curso de doutorado, de forma pioneira no País”, ressalta.

#### Inscrições

O curso de Doutorado Profissional em Odontologia tem duração de 36 meses, com carga horária de 72 créditos. Ao todo estão sendo ofertadas 12 vagas. O exame de seleção será agendado e as aulas começam no dia 4 de junho. Outras informações podem ser obtidas no site <http://www.ilapeo.com.br>.

topo ↕

## **JORNAL DA MANHÃ NEWS - TEMPO REAL**

### **Alunos do Univem publicam trabalhos em parcerias**

O Grupo de Interação Humano-Computador do Univem (GIHC), grupo integrante do Computing and Information Systems Research Lab (Compsi), laboratório de pesquisa vinculado aos cursos de bacharelado em Ciência da Computação e Sistemas de Informação do Univem, comemora seus recentes avanços científicos com importantes publicações. O ex-aluno do curso de Sistemas de Informação, Jordan Ferreira Saran, atu 21/02/2019

O Grupo de Interação Humano-Computador do Univem (GIHC), grupo integrante do Computing and Information Systems Research Lab (Compsi), laboratório de pesquisa vinculado aos cursos de bacharelado em Ciência da Computação e Sistemas de Informação do Univem, comemora seus recentes avanços científicos com importantes publicações.

O ex-aluno do curso de Sistemas de Informação, Jordan Ferreira Saran, atual mestrando na UNESP, um dos autores do trabalho Quantify: An Information Fusion Model based on Syntactic and Semantic Analysis and Quality Assessments to Enhance Situation Awareness, e bolsista de iniciação científica pela Fapesp, explica que seu trabalho busca dar apoio a sistemas de tomada de decisão, mais especificamente a sistemas de gerenciamento de riscos envolvendo dados criminais. “O trabalho tem o objetivo de melhorar a representatividade dos milhões de dados criminais, atribuindo melhores significados aos registros criminais”, frisou o estudante.

Já os ex-alunos Valdir Junior (Ciência da Computação) e Gustavo Marttos Cáceres Pereira (Sistemas de Informação), atuais mestrandos da Unesp e bolsistas **Capex**, autores dos artigos sobre Processo de Análise Quantitativa de Eventos Criminais Utilizando Abordagem Semântica, explicam que em seus trabalhos “busca-se também combinar informações com base no significado de cada dado presente em relatos de vítimas a centrais de atendimento emergências”.

Segundo acrescentou o orientador dos trabalhos e coordenador do grupo, Prof. Dr. Leonardo Botega, “fornecer subsídios para uma melhor tomada de decisão pode ajudar operadores de sistemas de gerenciamento de riscos a melhor entender os eventos que ocorrem em tempo real e apoiar a alocação de recursos para um atendimento mais eficiente”. O professor também reforça que a publicação e participação de alunos em grandes eventos e revistas solidifica a competência científica da instituição e que tal atividade contribui fortemente para uma formação acadêmica mais completa dos jovens estudantes. “As parcerias são essenciais para o sucesso de trabalhos interdisciplinares, tais como com a Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), além do fomento financeiro das agências Fapesp e **Capex**”, concluiu.

topo ↕

## **AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL**

### **Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico reivindicam investimentos em educação**

Em março, a frente deverá se reunir com os reitores dos institutos federais para definir as prioridades legislativas para este ano

Representantes da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico reivindicam mais investimentos em educação; alterações na Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos; e o arquivamento do projeto que modifica o funcionamento das

instituições federais de ensino (PL 11279/19).

Entre outros pontos, o projeto acaba com o mestrado e doutorado acadêmicos nos institutos federais e com a cota de 20 por cento das vagas para formação de professores da educação básica.

A proposta também condiciona a criação de novas instituições a estudos sobre viabilidade orçamentária e sobre as condições socioeconômicas da região a ser atendida; além de mudar a forma de escolha dos reitores e diretores.

Para o coordenador geral da Federação dos Estudantes em Ensino Técnico, Caio Sad, o projeto ameaça o funcionamento dos institutos federais. Ele destaca ainda que a principal preocupação dos estudantes é em relação à falta de investimentos em educação.

"Existe uma luta para que a gente tenha 10 por cento PIB para educação pública, e hoje a gente tem muito menos do que isso. Então o principal problema hoje na educação é a falta de investimento, que impossibilita que a gente tenha assistência estudantil para todo mundo, impossibilita que a gente tenha bandeirão para todo mundo, alimentação, transporte, para todo mundo também. E a própria qualidade das instituições, com mais investimento a gente poderia crescer ainda mais as instituições, chegar a cada vez mais lugares, para ofertar educação de qualidade".

A pauta dos estudantes foi recebida pelos deputados que apoiam a Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Federais. Coordenador da frente na última legislatura, o deputado Reginaldo Lopes, do PT mineiro, também está preocupado com as mudanças propostas pelo projeto enviado pelo governo Temer.

"Tá bem definido o seu papel estratégico nas políticas do Brasil. Cinquenta por cento de todas as vagas têm que formar jovens no ensino médio tecnológico, e os outros cinquenta por cento tem que se dividir na obrigação de formar professores para a rede pública, nas licenciaturas, em torno de trinta por cento, e os outros vinte por cento de vagas tem que ser para as engenharias. Nenhum país consegue se transformar em um país industrializado sem a presença das engenharias. Esse é o formato dos institutos federais. O projeto busca alterar esses compromissos".

Reginaldo Lopes também lamentou os cortes na política de assistência estudantil. Segundo o deputado, 200 mil jovens foram obrigados a abandonar seus estudos nos últimos anos por questões econômicas.

Em março, a frente deverá se reunir com os reitores dos institutos federais para definir as prioridades legislativas para este ano.

Reportagem - Mônica Thaty

topo ↕

## AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

**Aposentadoria no setor privado exigirá idade mínima mais tempo de contribuição**  
**Aos 20 anos de contribuição, o valor da aposentadoria será equivalente a 60% da média dos salários; percentual sobe até atingir 100% aos 40 anos de contribuição**

Para os trabalhadores da iniciativa privada, a reforma da Previdência institui como regra geral um único tipo de aposentadoria, que exige cumulativamente os requisitos de idade

mínima e de tempo de contribuição, de pelo menos 20 anos.

No setor urbano, serão 65 anos de idade para os homens e 62 para as mulheres. Para os segurados especiais (pequeno agricultor familiar, pescador artesanal e extrativista), serão 60 anos para ambos os sexos.

Para os professores da educação básica, serão 60 anos para ambos os sexos, e o tempo de contribuição sobe para pelo menos 30 anos.

O benefício de aposentadoria não poderá ser inferior a 1 salário mínimo (atualmente R\$ 988,00) ou superior ao máximo no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o chamado teto do INSS (hoje em R\$ 5.839,45).

O cálculo do valor da aposentadoria deverá considerar o tempo de contribuição e corresponderá a um percentual da média dos salários. Aos 20 anos de contribuição, será equivalente a 60% da média dos salários. Esse percentual sobe até atingir 100% aos 40 anos de contribuição.

#### Regras de transição

A proposta do governo Bolsonaro prevê três regras de transição para os atuais contribuintes do RGPS que pagam regularmente a Previdência Social. Os segurados poderão optar pela mais vantajosa.

O primeiro sistema é o de pontuação, que tende a beneficiar quem começou a trabalhar mais cedo. Parte do tempo de contribuição (TC), a partir de 35 anos no caso dos homens e 30 anos para mulheres, somado à idade.

Para os homens, o mínimo para aposentar será 96 pontos – por exemplo, para TC igual a 35, a idade deverá ser 61 anos. No caso das mulheres, o mínimo é 86.

O texto prevê a elevação dessa pontuação até atingir 105 para os homens, em 2028, e 100 para as mulheres, em 2033. Os professores terão um bônus desde que comprovem atividade docente na educação básica.

A segunda regra é semelhante à primeira. Também parte do tempo de contribuição (35/30 anos), mas prevê uma idade mínima, começando em 61 anos para os homens e 56 para as mulheres, chegando, respectivamente, a 65 em 2027 e 62 em 2031.

Na prática, a previsão da segunda regra pode ser mais benéfica. Em 2027, um homem com 65 anos de idade e 35 de contribuição poderá se aposentar nessa regra. Mas o mesmo não aconteceria se considerasse o sistema de pontuação, somaria 100, antes os 104 exigidos.

O terceiro sistema proposto considera aqueles que estão a pelo menos dois anos de atingir o tempo mínimo de contribuição (35/30 anos). Nesse caso, poderão aposentar sem atingir a idade mínima desde que cumpram um pedágio de 50% sobre o TC que falta.

Ainda no setor privado, uma regra destina-se àqueles que, no sistema atual, só poderiam se aposentar por idade – 65 anos no caso dos homens e 60 para as mulheres. Para os

homens, o tempo de contribuição mínimo subirá dos atuais 15 anos para 20 anos, em 2029.

A mesma coisa valerá também para as mulheres, para quem haverá ainda uma idade mínima maior do que a exigida atualmente, chegando a 62 anos em 2023.

topo ↕

## **AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

### **USP lança cátedra patrocinada para treinar professores do ensino básico**

#### **Ideia é aproximar pesquisa acadêmica do mundo real**

Em busca de reduzir a grande distância entre a pesquisa acadêmica e a realidade das salas de aulas no país, a USP (Universidade de São Paulo) lançará nesta quinta-feira (21), com patrocínio de R\$ 5 milhões da Fundação Itaú Social, uma cátedra com foco no ensino básico.

“Os professores universitários precisam pensar mais no ensino básico porque não passamos vergonha no exterior com nosso ensino superior, mas estamos passando com o básico”, diz Nílson José Machado, professor da USP e coordenador acadêmico do projeto.

Segundo ele, a ideia é atrair um “mutirão” de professores, pesquisadores e outros profissionais para colaborar com os trabalhos da Cátedra de Educação Básica, que devem se estender por cinco anos.

Abrigado no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, o programa terá início neste primeiro semestre de 2019 com três seminários —cada um dividido em quatro palestras—, centrados em temas ligados à atividade docente.

Embora abertas ao público, as apresentações terão como principal público-alvo professores que estejam na ativa.

O ponto de partida dos debates será uma pesquisa concluída em 2018 por um grupo de pesquisadores do IEA sobre a realidade e os desafios da escola brasileira. O estudo menciona logo em sua introdução que uma “porcentagem ínfima” de mestres e doutores formados na pós-graduação em ensino de ciências e matemática da USP está em salas de aulas da escola básica.

“Há dificuldades aparentes, como a falta de professores, que não são verdadeiras. Não faltam alunos de licenciatura. O que falta é gente bem formada querendo dar aula”, diz Machado.

A partir do segundo semestre, o objetivo é agregar às atividades da Cátedra na USP trabalhos de campo. A ideia é visitar escolas com projetos que estejam rendendo bons resultados.

“O conteúdo é muito importante, mas não é meio, é fim. Precisamos entender como esses conteúdos são transmitidos por quem tem conseguido ensinar bem”, afirma o acadêmico.

A ideia é levar essas experiências, então, de volta para a universidade tanto para iluminar novas pesquisas quanto para transmiti-las a outros grupos ligados à educação.

“Nosso primeiro objetivo é unir a teoria à prática da sala de aula”, diz Juliana Yade, especialista em educação do Itaú Social.

Ela ressalta que, para aproximar a nova cátedra da experiência das escolas, foram convidadas duas professoras –uma da rede municipal de Manaus e outra da rede estadual de São Paulo– para fazer parte de seu conselho consultivo.

“A universidade, por muito tempo, esteve afastada da escola no Brasil. É preciso acabar com isso”, afirma Juliana.

Esse é um dos motivos que têm levado ONGs e fundações a buscar parcerias com universidades. “Acho essas associações muito benéficas. A universidade está muito distante dos problemas de implementação das políticas educacionais que as ONGs conhecem bem porque estão próximas das redes por meio de seus projetos”, diz Mirela de Carvalho, gerente de gestão do conhecimento do Instituto Unibanco.

No segundo semestre de 2018, o instituto também passou a patrocinar uma cátedra no Inesper, coordenada pelo pesquisador Sérgio Firpo, com foco na qualidade do ensino. “O objetivo é usar o conhecimento para melhorar o que estamos implementando”, diz Mirela.

Segundo ela, as descobertas da cátedra servirão para melhorar, diretamente, o funcionamento do “Jovem de Futuro”, programa do Instituto Unibanco que busca melhorar a gestão escolar no ensino médio por meio de parcerias com redes estaduais. Mas, ressalta Mirella, poderão também iluminar o caminho de outras políticas pensadas no país.

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **Enem : mudanças podem comprometer qualidade**

### **Especialistas temem que comissão para rever questões de “fundo ideológico” possa prejudicar prova**

RIO- A decisão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de instituir uma comissão para revisar o Banco Nacional de Itens, de onde são extraídas as questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), repercutiu mal entre educadores. De acordo com especialistas, a medida é "grave" e pode até mesmo colocar em risco a excelência da avaliação.

Nesta quarta-feira, O GLOBO revelou que o Inep pretende criar uma comissão composta por quatro pessoas, sendo dois representantes do Ministério da Educação (MEC), um do próprio Inep e um da sociedade civil, para fazer uma devassa nos itens que subsidiam as avaliações do país da educação básica ao ensino superior.

— O principal problema é técnico. Leva-se muitos anos para construir um banco de itens consolidado e que garanta o direito a uma avaliação justa para todos. Criar uma comissão como essa vai restringir a qualidade das questões. Isso é muito grave. Além do que o projeto não está claro, não está aberto — criticou Cleuza Repulho, que é especialista em Educação.

Ela destaca que a construção do banco de itens é complexa e que interferir nesse

processo pode macular o Instituto e comprometer a qualidade dos exames:

— Há pessoas de todo país contribuindo para esse banco, não é um grupo pequeno. São pessoas que mantêm o sigilo para garantir a qualidade das questões. O Inep é um órgão respeitado no mundo, que tem uma história. Não está em jogo uma questão ideológica e sim uma questão de qualidade da avaliação.

Além da qualidade dos testes, outra preocupação apontada pelos pesquisadores é o fato de questões que promovam de alguma maneira a igualdade sejam encaradas pelo governo como algo negativo, sob uma perspectiva de "doutrinação". Nesse sentido, a educadora Andressa Pellanda, coordenadora de políticas educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diz que o governo está desalinhado com as tendências internacionais.

— O governo de um país do tamanho do Brasil levar a sério essa ideia falsa de "ideologia de gênero" é completamente absurdo e beira o ridículo, se colocado em perspectiva internacional. Qualquer país do mundo que se diga minimamente progressista tem políticas voltadas à igualdade de gênero e ao combate às discriminações. Isso está previsto em diversos tratados internacionais e também é meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, agenda pactuada pelo Brasil na ONU — afirmou.

Pellanda criticou ainda o fato de a comissão ser composta por um grupo restrito, o que, na opinião dela, dá margem para falta de transparência.

— A construção de uma comissão formada por quatro pessoas, de forma sigilosa, sem alguma transparência e ainda por cima para fazer um processo de controle e censura de governo a uma política de Estado histórica e de sucesso como é o Enem é altamente preocupante, nada democrático e de uma fragilidade institucional sem medidas — disse.

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **Itaú Social e MEC lançam a 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa Professores da Secretaria de Educação podem se cadastrar até 30 de abril**

O Itaú Social e o Ministério da Educação (MEC) lançaram, nesta quarta-feira (20), a 6ª edição da Olimpíada de Língua Portuguesa. Sob a coordenação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a olimpíada objetiva apoiar os professores da rede pública no aprimoramento das práticas de ensino de leitura e escrita.

Este ano, a olimpíada vai homenagear a escritora Conceição Evaristo. O tema do concurso é “O lugar onde vivo”, um estímulo à reflexão sobre as realidades locais. Alunos do 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio produzem textos em cinco gêneros literários. São eles: documentário (alunos do 1º e 2º anos do ensino médio); poema (5º ano), memórias literárias (6º e 7º), crônica (8º e 9º) e artigo de opinião (3º ano do ensino médio). Professores também participam do concurso por meio do relato de prática, no qual registram suas experiências com a realização das oficinas, descrevendo aprendizagens, descobertas, desafios e reflexões.

Para que professores e alunos participem da olimpíada, é necessário que as Secretarias de Educação à qual a escola do aluno é vinculada, municipal ou estadual, faça a

inscrição por meio do portal [Escrevendo o Futuro](#).

Após a realização das oficinas, as escolas terão até 19 de agosto para encaminhar os textos às comissões julgadoras. Professores das redes públicas estaduais e municipais podem se cadastrar até 30 de abril.

## Seleção e premiação

A avaliação dos textos começa pela comissão escolar e será realizada entre 12 e 19 de agosto. Nas etapas municipal e estadual, serão selecionados os 569 estudantes e 443 professores semifinalistas. Em seguida, ocorre a etapa regional, com cinco encontros, um para cada categoria, para a seleção dos 173 alunos e 135 professores finalistas. Ainda nessa fase, serão conhecidos os 20 professores-autores dos melhores relatos de prática. Na final, programada para dezembro, serão anunciados os 32 estudantes vencedores nacionais.

As comissões julgadoras são compostas por pais, membros da comunidade, especialistas de universidades, representantes das instituições parceiras, do MEC e do Itaú Social.

As premiações incluem imersão pedagógica internacional para os professores e viagem cultural em território brasileiro para os estudantes. As escolas dos alunos vencedores receberão como prêmio acervo para reforço da biblioteca.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **MEC vai rever texto da base de formação de professores**

O Ministério da Educação (MEC) decidiu rever o texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do ex-presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em nota, o MEC informou que “quer ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, acrescentando que somente após analisar o texto decidirá se fará ou não alterações.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentado no ano passado, entre outras questões, estabelece que essa formação deverá ser mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com o texto enviado ao conselho, desde o primeiro semestre do curso de graduação os futuros professores deverão ter atividades práticas em uma escola, pelo menos uma vez por semana. Cada faculdade ou instituição de ensino deverá ser associada a uma ou mais escolas de educação básica. A base traz sugestões de modificação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), para que seja anual e sirva como habilitação à docência.

## Histórico

A Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica faz parte de uma série de mudanças que deverão ocorrer desde o ensino infantil até o ensino médio do Brasil. O MEC homologou em 2017 e 2018 respectivamente a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Infantil e Fundamental e a Base Nacional Comum

Curricular do Ensino Médio. Os documentos estabelecem o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas do país, públicas e particulares.

A base para a formação dos professores pretende adequar o que é ensinado nas universidades ao que os novos docentes deverão aplicar nas salas de aula. A nova base deverá conversar com resolução aprovada também pelo CNE e homologada pelo MEC em 2015. Entre outras medidas, a resolução estabelece que a formação dos professores será mais longa e mais voltada à prática em sala de aula.

## **CONSULTOR JURÍDICO - TEMPO REAL**

### **Simpósio em SP discute impactos no meio ambiente das cidades**

A Fundação Armando Alvares Penteado (Faap) faz, nesta quarta-feira (20/2), às 19h, em São Paulo, o Simpósio Cidades Sustentáveis. Serão discutidos temas como sustentabilidade urbana, reorganização social, respeito ambiental e cidades socialmente justas e ecologicamente equilibradas. Especialistas sobre o tema, como os professores e doutores Dan Rodrigues Levy, Denise Vital e Silva, Carla Liguori, Consuelo Yoshida e Thais Leonel, já confirmaram presença no evento.

O tema do simpósio integra o conteúdo da pós-graduação em Cidades Sustentáveis: Direito Urbano e Meio Ambiente da Faap para 2019. O curso foi criado por um grupo de acadêmicos e profissionais especializados em Direito e Meio Ambiente. O programa é dirigido a gestores e profissionais de diversas áreas do conhecimento, como Ambiental, Arquitetura, Administração, Direito e Engenharia.

### Perfis dos palestrantes

#### Carla Liguori

Doutora em Direito Ambiental Internacional, com ênfase em pesquisa sobre a poluição das águas internacionais e nas políticas nacionais de gerenciamento de resíduos sólidos. É mestre em Direito Internacional e pós-graduada em Direito Empresarial. É coordenadora técnica de cursos de extensão e pós-graduação nas áreas de compliance ambiental, segurança alimentar, cidades sustentáveis e gestão de escritórios na Faap. Também coordena o grupo de pesquisa em Meio Ambiente e Sustentabilidade da Unifesp (Capes). É ainda membro de diversas associações e autora dos livros Ilha de Lixo - a proteção ambiental das águas oceânicas e As multinacionais de capital privado e o combate à corrupção internacional. Também é autora de artigos científicos.

#### Dan Rodrigues Levy

Doutor em Sociologia Urbana com ênfase em pesquisa sobre urbanização em São Paulo, Dan Rodrigues Levy é mestre em Direitos Humanos e Meio Ambiente, pós-graduado em Tutela dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos e bacharel em Direito. Atualmente, é consultor jurídico nas áreas de Direito Ambiental e Urbanístico, professor de Direito da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/Eppen) e membro da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil (Aprodab) e da comissão de Logística, Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável da OAB de São Paulo. Também é coordenador de grupos de pesquisa, organizador de livros, pesquisador e autor de diversos artigos científicos.

#### Denise Vital e Silva

Advogada, doutora, mestre em Direito Político e Econômico e especialista em Direito

Contratual, Denise Vital e Silva é professora de Direito e Processo do Trabalho no curso de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie e de Direito do Trabalho e Direito Empresarial nos cursos de Contabilidade e Administração de Empresas da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap). É membro da Comissão Especial de Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Sustentável da OAB de São Paulo, além de pesquisadora e autora de obras e artigos nacionais e internacionais.

Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

Mestre em Direito das Relações Sociais e doutora em Direito pela PUC de São Paulo, onde é professora do Departamento de Direitos Humanos, Difusos e Coletivos, também leciona e coordena cursos de Especialização em Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade, é professora do mestrado na Unisal, coordenadora da Justiça Federal na Escola Nacional da Magistratura e diretora Acadêmica da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, entre muitas outras funções. É ainda associada fundadora da Associação dos Professores de Direito Ambiental, palestrante e autora de diversos artigos e obras jurídicas. Sua atuação permeia diversos temas, como desenvolvimento sustentável, licenciamento e responsabilidade ambiental, poluição, resíduos sólidos, saneamento básico, ação civil pública, processo civil coletivo e tutelas de urgência.

Thais Maria Leonel do Carmo

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São João da Boa Vista, é doutoranda pela Universidad de Buenos Aires, especialista em Direito Ambiental pela Universidad de Castilla-La Mancha e mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela Unimes. É também vice-presidente da comissão de Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Sustentável da OAB-SP, membro do Conselho Superior do Meio Ambiente da Fiesp, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e suplente do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Cades). É professora da pós-graduação em Direito Ambiental Empresarial da FMU e em Direito Imobiliário na Faculdade de Direito de São Bernardo. Também leciona Direito Ambiental na Escola Paulista de Magistratura-SP, na Escola Superior do Ministério Público de Santa Catarina, além de Direito Imobiliário na Faditu, Gestão Ambiental no Senac e Direito Ambiental na ESA SP.

Simpósio Cidades Sustentáveis

Data: 20/2/2019 – horário: 19h

Local: FAAP - Rua Alagoas, 903

Informações: [pos@faap.br](mailto:pos@faap.br) e (11) 3662-7449

Inscrição:

[https://central.faap.br/inscricaoonline/eventos/EventoIdentificacao.aspx?curso=PCS\\_2S\\_P\\_21.02.19](https://central.faap.br/inscricaoonline/eventos/EventoIdentificacao.aspx?curso=PCS_2S_P_21.02.19)

topo ↕

**GAZETA ONLINE - TEMPO REAL**

**Orgulho! Capixaba ganha bolsa de fundação onde passaram 47 prêmios Nobel  
O prêmio vai para pesquisadores em início de carreira que mostram uma  
promessa excepcional**

A astrofísica capixaba Marcelle Soares Santos ganhou um dos prêmios mais competitivos e de maior prestígio disponíveis para pesquisadores em início de carreira, uma bolsa de pesquisa da Fundação Alfred P. Sloan, com sede em Nova Iorque, nos

Estados Unidos.

A informação foi publicada nesta terça-feira (19) pela Brandeis University, onde a cientista coordena uma pesquisa que busca explicar a causa da expansão acelerada do universo usando dados de alguns dos telescópios mais poderosos já construídos.

Segundo a publicação, ex-bolsistas da Sloan incluem 47 ganhadores do Prêmio Nobel, entre eles, os físicos Richard Feynman e Murray Gell-Mann.

"É uma honra receber a bolsa de estudos Sloan Research", disse a capixaba em entrevista à universidade onde atua. "Encontrar-me ao lado das pessoas que foram reconhecidas ao longo dos anos é o que me deixa mais orgulhosa com este prêmio", afirmou.

Ao Gazeta Online, nesta quarta-feira (20), Marcelle falou da alegria de receber essa bolsa.

Eu estou muito orgulhosa e feliz por ser reconhecida pela Fundação Alfred P. Sloan como uma líder no meio acadêmico. Acredito que todos os meus colaboradores e ex-professores, no Brasil e no exterior, podem hoje se sentir reconhecidos por essa conquista

Marcelle Soares Santos

Adam F. Falk, presidente da fundação, descreveu os ganhadores da bolsa Sloan como "os melhores jovens cientistas que trabalham hoje".

Ainda de acordo com informações da Brandeis University, os 126 bolsistas nomeados este ano pela fundação receberão uma bolsa de dois anos e US\$ 70.000 para aprofundar suas pesquisas. "Os fundos podem ser gastos em qualquer maneira que o pesquisador julgar que melhor fará avançar seu trabalho", informa o texto.

Os candidatos são indicados pelos seus pares e os vencedores são selecionados por painéis independentes de acadêmicos seniores com base nas realizações de pesquisa, criatividade e potencial de se tornar um líder em seu campo de pesquisa.

A Fundação Alfred P. Sloan é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, com sede em Nova Iorque. Fundada em 1934 por Alfred Pritchard Sloan Jr., então presidente e diretor executivo oficial da General Motors Corporation, a Fundação faz doações em apoio à pesquisa original e educação em ciência, tecnologia, engenharia, matemática e economia.

## MAIS RECONHECIMENTO

Muitos amigos e colegas de profissão usaram as redes sociais para parabenizar a capixaba. Entre eles, a página "Astronomia USP Brasil". Marcelle é doutora em Astrofísica pela USP.

Astronomia USP Brasil  
@AstroUSP

Parabéns à Astrônoma Brasileira @msoares\_santos por ter recebido a prestigiosa Sloan

Research Fellowship!

Brandeis University



@BrandeisU

#Brandeis physicist @msoares\_santos, who studies the accelerated expansion of the universe, receives prestigious Sloan Research Fellowship. The award goes to early-career researchers who show exceptional promise. 📄 Read more: <http://bit.ly/2T22EZz>

Marcelle Soares-Santos against backdrop of stars with stars partially obscuring face  
59

10:03 AM - Feb 20, 2019

Twitter Ads info and privacy

19 people are talking about this

SAIBA MAIS SOBRE A MARCELLE

Uma trajetória de sucesso. Nascida em Vitória, a capixaba Marcelle Soares Santos, 36 anos, sempre quis entender melhor o mundo em sua volta. A curiosidade da infância se transformou em estudo e hoje ela coordena uma pesquisa, na Brandeis University, na região de Boston, Massachusetts, que busca explicar a causa da expansão acelerada do universo.

Segundo Marcelle, o desejo de estudar Física começou na escola, quando estava na quinta ou na sexta série, e foi ganhando espaço na vida da então adolescente quando fez o Ensino Médio na antiga Escola Técnica Federal (atualmente o Ifes). Nos anos 2000, Marcelle entrou na Ufes.

UFES

"O período na universidade foi ótimo. Além de estudar os tópicos que me fascinavam, comecei a fazer pesquisa (um projeto de iniciação científica, com bolsa do CNPq) e trabalhei também em programas de divulgação científica, com apoio do **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** voltados para estudantes e professores do Ensino Fundamental e Médio", conta.

Bacharel em Física pela Ufes, ela fez uma prova para o programa de pós-graduação em Astronomia na USP, em 2004. "Quando entrei no programa, eu já queria estudar Cosmologia\* - tinha tido uma introdução ao tópico durante minha pesquisa de iniciação científica. À medida que fui aprendendo mais, tive oportunidade de mudar um pouco o foco para cosmologia observacional, usando dados de grandes levantamentos como o Dark Energy Survey (Pesquisa da Energia Escura)", explica.

USP

Doutora em Astrofísica pelo instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP, a capixaba se tornou professora universitária no departamento de Física da Brandeis University, nos EUA. De Boston, ela conversou com a equipe do Gazeta Online pela internet e contou quais são os objetivos da sua atual pesquisa, se enfrentou preconceito por ser mulher e negra em uma área dominada por homens, entre outros assuntos.

De maneira simples, o que a sua pesquisa representa para o mundo?

Eu estudo a origem e evolução do nosso universo, usando telescópios que produzem imagens de milhões de galáxias distantes e capturam também explosões muito brilhantes e efêmeras, que ocorrem quando certos tipos de estrelas sofrem uma colisão. Você já tem muitas conquistas profissionais. Quais são os seus projetos para o futuro?

Pretendo continuar nessa linha de pesquisa, fortalecendo meu grupo de pesquisa e formando uma nova geração de físicos e astrofísicos.

Você costuma vir a Vitória, tem familiares aqui?

Sim. Meus pais e minha irmã moram em Vitória. Visito sempre que posso.

Na infância você morou fora do Estado?

Morei dos 4 aos 14 anos na Serra dos Carajás, no Pará. Minha família voltou para Vitória, Jardim Camburi, nos anos 1990.

Teve o incentivo dos seus pais para entrar nessa área?

Sim. Meus pais sempre apoiaram tanto a mim quanto meus irmãos em nossas trajetórias.

Muita gente deve fazer essa pergunta, mas não tem como a gente fugir. Física é um curso onde tradicionalmente predomina a presença de homens. Ainda é assim?

Sim.

Você enfrentou algum tipo de preconceito por ser mulher e negra nessa área?

Embora a falta de representatividade de certos grupos nas várias áreas de pesquisa acadêmica seja um problema sério e global, houve avanços nos últimos anos e com certeza minha experiência foi bem melhor do que a de professoras de uma ou duas gerações atrás.

O que você sugere aos jovens que desejam ter uma carreira parecida com a sua? Tem alguma aptidão que revele um gosto pela Física?

Acho que o mais importante é ter curiosidade a respeito dos processos que ocorrem na natureza. Se a pessoa cultiva essa curiosidade, o gosto pela Física é uma consequência direta.

Como você se interessou por sua área de atuação?

A Física estava perto do meu coração antes que eu pudesse articular a palavra. Eu era uma criança muito curiosa, e quando cresci e comecei a estudar Matemática e Ciências, isso se tornou minha paixão. O fato de que eu era terrível em todas as formas de esporte na escola também poderia ter algo a ver com isso.

Eu era sempre a aluna mais lenta nas aulas de Educação Física, e nunca desenvolvi talento com a bola, mas se você me desse um problema de Matemática ou um quebra-cabeça, eu seria uma das primeiras a encontrar uma solução. O foco na Cosmologia, em particular, começou quando eu estava na faculdade. Houve um colóquio sobre esse assunto, e quando soube que 95% da matéria e da energia no universo são desconhecidas, eu sabia que esse era um enigma que eu tinha que ajudar a resolver.

Além de estudar o espaço, o que você gosta de fazer?

Gosto de ler histórias de ficção científica. É maravilhoso ver as leis da física serem temporariamente "suspensas" e embarcar em histórias tão imaginativas e fantásticas.

\*Ramo da astronomia que estuda a estrutura e a evolução do universo em seu todo, preocupando-se tanto com a origem quanto com a evolução dele.

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

### **Capes, USP e Sociedade Brasileira de Bioquímica discutem expansão da pós-graduação**

O objetivo do trabalho é servir de base para a Portaria e a Nota Técnica que serão produzidas para orientar a elaboração de novos projetos de cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na modalidade a distância no Brasil

Propostas para expansão e melhoria da pós-graduação foram apresentadas nesta terça-feira, 19, a dirigentes da **Capes**. Representantes da Universidade de São Paulo (USP) e da Sociedade Brasileira de Bioquímica trouxeram sugestões e mostraram iniciativas de promoção à expansão e simetria regional na oferta de cursos de mestrado e doutorado.

As duas instituições foram recebidas por **Anderson Correia**, presidente da **Capes**. Pela USP, participaram o reitor, Vahan Agopyan, e o pró-reitor de pós-graduação, Carlos Gilberto Carlotti Junior. As professoras Helena Oliveira (Unicamp) e Helena Nader (Unifesp) estiveram presentes pela Sociedade Brasileira de Bioquímica.

Atualmente, a USP tem 23 mil alunos na pós-graduação, sendo que metade deles são bolsistas da **Capes**. Já a Sociedade de Bioquímica desenvolve desde 2013 programa que visa reduzir as desigualdades regionais na formação de mestres e doutores nesta área. O projeto envolve 15 instituições de ensino superior públicas de várias partes do País, com 250 estudantes e 81 formados.

Também participaram da reunião, as diretoras Sonia Bão (Avaliação), Zena Martins (Programas e Bolsas no País) e Connie MacManus (Relações Internacionais).

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

### **A Capes e o futuro da pós-graduação brasileira é tema de aula magna na Fiocruz A palestra, gratuita e aberta ao público, acontece no dia 13 de março, no Rio de Janeiro**

Na semana de abertura do ano acadêmico, a Fiocruz receberá o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, professor **Anderson Ribeiro Correia**, para conferir a aula magna de tema "A **Capes** e o futuro da Pós-Graduação brasileira". A palestra, gratuita e aberta ao público, acontecerá no dia 13 de março, às 14h, no Auditório Emmanuel Dias / Pavilhão Arthur

Neiva.

O evento é organizado pelo Núcleo de Estudos Avançados do Instituto Oswaldo Cruz, coordenado pelo Acadêmico Renato Cordeiro e Maria de Lourdes Oliveira. O grupo busca promover debates acadêmicos sobre temas interdisciplinares no campo da ciência, da política e da filosofia, envolvendo a comunidade científica intra e extramuros.

Confira o perfil do palestrante:

Professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica. É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), nível 1B. Assessor ad-hoc da **Capes**, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e CNPQ. Foi superintendente de infraestrutura aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Foi presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Transporte Aéreo. Ocupa atualmente a presidência da **Capes**, do Ministério da Educação. Possui graduação em engenharia civil pela Universidade Estadual de Campinas, mestrado em engenharia de infraestrutura aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica e doutorado em engenharia de transportes pela University of Calgary, no Canadá. É membro de vários conselhos profissionais na área de educação, ciência, tecnologia e inovação.

topo ↕

## **PORTAL MT - TEMPO REAL**

### **Diretores esclarecem dúvidas sobre recursos e prestação de contas**

#### **Gestores de 63 escolas participaram de oficina**

Novos diretores eleitos de 63 Unidades de Ensino Municipal estão participando de oficina com o objetivo de esclarecer dúvidas em relação à prestação de contas dos vários recursos recebidos por sua Unidade de Ensino.

Durante a oficina, os gestores estão sendo orientados de como realizar compras e prestar contas desses repasses. Para isso, cada escola precisa elaborar um plano de aplicação que é apresentado para o Conselho Escolar, que planeja junto à escola sobre a utilização e aquisição dos itens que serão adquiridos. É importante lembrar que a prestação de conta é aprovada pelo Conselho Fiscal da escola, que é composto por representantes dos professores, alunos, funcionários e pais.

No encontro também foi explicado que a prestação de contas acontece mediante a apresentação de documentos que comprovem que o material ou serviço foi realizado através de uma pesquisa de preços com três orçamentos, onde ganha o menor valor, que deve apresentar notas fiscais e recibo, além de cópia dos cheques. A Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) auxilia os gestores na formulação do processo de prestação de contas através do setor de Prestação de Contas.

Segundo Marlúcia Soares de Oliveira, técnica da divisão de Prestação de Contas, é importante saber utilizar os recursos de forma correta para evitar a suspensão dentro do ano pelo Governo Federal. “Essa oficina é uma forma de prevenção para que os gestores realizem a prestação de conta de forma adequada para que eles não venham a ter problemas junto ao FNDE, podendo ser penalizados em relação ao recebimento desses repasses”, explica.

Anualmente cada unidade de ensino público recebe recursos Federais, o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do Programa Dinheiro Direto na

Escola (PDDE), além de recursos Municipais, o Fundo Rotativo.

Estes recursos financeiros, em caráter suplementar, são destinados a escolas públicas da educação básica (e casos específicos) para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar a participação social e a autogestão escolar. Os repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais, diretamente para a conta da escola.

Marcelia Soares dos Santos, gestora da Escola Municipal Tapuia, zona Rural Leste de Teresina, explica sobre a importância da participação do gestor nas oficinas. “A oficina é importante porque ajuda o gestor, auxiliando sobre o processo de aquisição de materiais para o bom andamento da escola, além de ajudar na prestação de contas, para que a escola continue recebendo os recursos anualmente. O repasse é importante, pois facilita a manutenção dos pequenos reparos, como a aquisição de lâmpadas, e na aquisição de material de consumo da escola, como limpeza e material de expediente e pedagógico. Pretendo participar de todas as formações oferecidas pela SEMEC, isso me dará mais segurança para assumir da melhor forma meu cargo de gestora”, diz.

## Sobre o PDDE

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) destina recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas da educação básica (e casos específicos) para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar a participação social e a autogestão escolar. Os repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais.

Existem ainda as “Ações Agregadas ao PDDE”, transferências financeiras para fins específicos classificadas em três grupos: o Novo Mais Educação, que compreende as atividades de educação integral em jornada ampliada; o PDDE Estrutura, constituído das ações Água na Escola, Escola do Campo, Escola Sustentável e Escola Acessível; e o PDDE Qualidade, composto das ações Atleta na Escola, Ensino Médio Inovador, Mais Cultura nas Escolas e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola).

## A quem se destina?

Escolas públicas de educação básica estaduais, do Distrito Federal e municipais; unidades de ensino privadas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público; e polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

## Como acessar?

Requisitos básicos para acesso aos recursos do PDDE:

- As escolas e os alunos da rede pública e privada de educação especial precisam estar inscritos no censo escolar do ano anterior e a lista de alunos dos polos da UAB deve ser informada ao FNDE pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino

Superior (Capes);

- As unidades executoras próprias (UEX) e entidades executoras (EEX) devem aderir ao programa por meio do Sistema PDDE web (<https://www.fnde.gov.br/pdde>) até 30 de junho. Já as entidades mantenedoras (EM) precisam regularizar, até 30 de setembro, os procedimentos de habilitação estabelecidos em resolução do Conselho Deliberativo do FNDE;
- As escolas públicas com mais de 50 alunos matriculados têm de criar suas UEX;
- As UEX, EEX e EM devem estar adimplentes com a prestação de contas de exercícios anteriores.

Atendidos os requisitos acima, a assistência financeira ao público-alvo do programa é concedida sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere.

topo ↕

## SERRA NOSSA - TEMPO REAL

### UCS: há 52 anos atuando para o desenvolvimento sustentável da região

A Universidade de Caxias do Sul comemorou 52 anos no último dia 10. A trajetória da instituição, que teve início em 1967 pela própria comunidade, que via na Educação Superior uma alternativa para o seu desenvolvimento, segue com a mesma finalidade: estar sempre atenta às necessidades da sua comunidade e apresentar soluções para os desafios que o futuro aponta.

Às vésperas do início do semestre letivo – que começa no dia 1º de março – a instituição, presente em mais sete municípios da região com unidades universitárias e com unidades de apoio em Flores da Cunha (com a Escola de Gastronomia), em São Marcos (com a unidade de formação continuada) e em Bom Princípio (com o Instituto de Materiais Cerâmicos), comemora a aprovação pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** do Mestrado Profissional em Psicologia, a ser implantado neste ano. Com a abertura do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, a UCS passa a contar com 10 cursos de Doutorado e 18 cursos de Mestrado.

As demandas do mundo do trabalho também apontaram novos caminhos: a UCS intensificou a oferta de seus cursos UCSTec – cursos superiores de tecnologia não somente no seu campus-sede, mas levou oportunidades também para as unidades universitárias. Os cursos UCSTec têm como diferenciais o diploma superior com certificação da UCS; certificação intermediária durante o curso; professores com ampla experiência no mercado; formação rápida de dois a três anos (dependendo da área); e o aproveitamento da experiência profissional ou uma formação técnica na área de estudos para diminuir a duração do curso.

Além de seus cursos, a UCS amplia sua atuação na educação superior a distância por meio do Programa EaD-UCS, que une a excelência do ensino oferecido pela instituição à flexibilidade proporcionada pela modalidade, que permite ao estudante adaptar os estudos à sua rotina e ao seu tempo. Os estudantes têm aulas on-line com um corpo docente qualificado, e uma proposta de ensino que ultrapassa o universo digital a partir do acesso a toda a universidade – em sua estrutura de laboratórios, bibliotecas, entre

outros ambientes de ensino, pesquisa e extensão. Os encontros presenciais no Campus-Sede e nos oito campi permitem a realização de projetos integradores para a qualificação da aprendizagem, além da interação com colegas e professores.

Para o reitor Evaldo Kuiava, a Universidade de Caxias do Sul – constituída a muitas mãos, por pessoas que se empenharam na concretização do sonho coletivo de disponibilizar à região uma universidade – expandiu-se para contribuir e para ampliar as possibilidades de formação de qualidade em sua área de atuação. "A Universidade de Caxias do Sul estabeleceu-se como um marco divisor para a região, configurando-se em uma das mais importantes iniciativas da comunidade regional, da qual até hoje colhemos os frutos", comemora.

## Projetos acadêmicos

Atenta ao mundo contemporâneo, a instituição, destaca Kuiava, atua, no momento, para consolidar quatro grandes projetos acadêmicos: a implantação dos novos currículos em todos os cursos de graduação; a expansão da modalidade de Educação a Distância (EaD), focando toda a região de abrangência da UCS; a consolidação dos cursos de tecnologia (programa UCSTec); e a internacionalização da academia.

Além disso, em setores que prestam serviços também à comunidade externa, a UCS tem como foco finalizar o Centro Clínico de Diagnóstico e Pesquisa Animal, abrir novas clínicas e serviços de Odontologia para atendimento à comunidade, e ampliar o Parque de Ciência, Tecnologia e Inovação - TecnoUCS, intensificando o incentivo à criação de startups e fomentando o empreendedorismo.

## A universidade hoje

As Diretrizes Institucionais que norteiam o conjunto de estratégias e ações para o período 2018-2022 são:

- Excelência acadêmica, desenvolvimento das pessoas e da região;
- Inserção acadêmica nacional e internacional; Empreendedorismo e inovação;
- Sustentabilidade institucional;

Atualmente, a universidade conta com:

- 78 Cursos de Graduação (160 opções de ingresso);
- 18 Mestrados;
- 10 Doutorados;
- 269 Bolsas de Pós-Graduação (atualizado em 26/07/18); 219 Bolsas e taxas **CAPES/PROSUC**; 8 Bolsas **FAPERGS/CAPES**; 2 Bolsas **CNPq**; 10 Bolsas de Pós-Graduação UCS; 11 Bolsas **CAPES/PNPD**; 3 Bolsas **FAPERGS/DOC/FIX**; 20 Bolsas **BDTI - Mestrado**; e 2 Bolsas **BDTI – Doutorado**;
- 70 Cursos de Especialização;
- 948 Professores titulados (88% com título de mestre e doutor);
- 800 Laboratórios para todas as áreas de ensino;
- 759 Salas de aula;
- 15 Núcleos de Pesquisa;
- 21 Núcleos de Inovação e Desenvolvimento;
- 93 Grupos de Pesquisa cadastrados no **CNPq** e 362 Linhas de pesquisa;
- 274 Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica;

- 105 Registros de patentes no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI;
- 11 Bibliotecas;
- mais de 30% dos alunos com algum tipo de benefício na UCS entre bolsas, crédito educacional e descontos.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **MEC vai rever texto da base de formação de professores**

O Ministério da Educação (MEC) decidiu rever o texto da Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, elaborado na gestão do ex-presidente Michel Temer, encaminhado em dezembro do ano passado para o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em nota, o MEC informou que “quer ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”, acrescentando que somente após analisar o texto decidirá se fará ou não alterações.

O documento orientará a formação de professores em licenciaturas e cursos de pedagogia em todas as faculdades, universidades e instituições públicas e particulares de ensino do país. O texto apresentando no ano passado, entre outras questões, estabelece que essa formação deverá ser mais voltada para a prática e orientada por competências.

De acordo com o texto enviado ao conselho, desde o primeiro semestre do curso de graduação os futuros professores deverão ter atividades práticas em uma escola, pelo menos uma vez por semana. Cada faculdade ou instituição de ensino deverá ser associada a uma ou mais escolas de educação básica. A base traz sugestões de modificação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), para que seja anual e sirva como habilitação à docência.

### **Histórico**

A Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica faz parte de uma série de mudanças que deverão ocorrer desde o ensino infantil até o ensino médio do Brasil. O MEC homologou em 2017 e 2018 respectivamente a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Infantil e Fundamental e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio. Os documentos estabelecem o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas do país, públicas e particulares.

A base para a formação dos professores pretende adequar o que é ensinado nas universidades ao que os novos docentes deverão aplicar nas salas de aula. A nova base deverá conversar com resolução aprovada também pelo CNE e homologada pelo MEC em 2015. Entre outras medidas, a resolução estabelece que a formação dos professores será mais longa e mais voltada à prática em sala de aula.

topo ↕

## **PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

### **Flu-Flu na Educação**

### **O governo não pode limitar as investigações apenas ao período dos governos petistas.**

A batalha política entre a esquerda e a direita produziu, na semana passada, dois episódios na área educacional.

A Universidade de São Paulo, uma instituição com histórico de convivência

democrática, de respeito à diversidade e ao pluralismo, resolveu atingir o governo Bolsonaro por linha transversa, ao recusar matricular alunos de escolas militares que se beneficiaram do sistema de cotas.

O governo Bolsonaro também não fez por menos. Os ministros da Educação e da Justiça, Ricardo Vélez Rodrigues e Sérgio Moro, anunciaram com pompa e circunstância uma operação batizada de “Lava-Jato da Educação”. Ela se destinaria a investigar irregularidades em programas do MEC criados nos governos lulopetistas, como o Prouni, FIES, Pronatec. Mas só a escolha do nome da operação já evidencia sua motivação espetacular. E a pressa no anúncio se explica porque se deu no momento em que o governo precisava de uma cortina de fumaça: estava acuado em função do episódio Gustavo Bebianno.

No caso da USP, menos mal que tenha recuado de sua intenção diante da repercussão negativa e de liminares da Justiça concedendo o direito de esses alunos efetivarem sua matrícula. Mas sua imagem foi arranhada e a instituição saiu menor do episódio. A negação oficial de que agiu por preconceito contra as Forças Armadas ou que teria fins políticos não é digna de crédito, até pela inconsistência dos argumentos usados.

Solenemente, a Universidade ignorou uma jurisprudência de conhecimento público. Em outubro passado, o Supremo Tribunal Federal julgou, por unanimidade, improcedente uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a cobrança obrigatória nos colégios militares. Considerou ainda que essas instituições, a despeito dessa cobrança, fazem parte do sistema oficial de ensino.

A USP sabia disso, mas por motivo ideológico criou uma situação de insegurança para os alunos que viram ameaçado seu direito líquido e certo de se inscreverem no SISU pelo sistema de cotas. Eles foram notificados na undécima hora, sem tempo hábil de se matricular em outras universidades para as quais também estavam aptos.

Já a “Lava-Jato da Educação” pode se transformar em uma enorme dor de cabeça para o próprio governo. No açoitamento de levar o PT para o corner do ringue, bolsonaristas se esqueceram de que por quase dois anos o ministro da Educação foi uma das lideranças do Democratas, mesmo partido dos atuais presidentes da Câmara e do Senado.

Ainda que Mendonça Filho tenha no currículo o crédito de ter agido no sentido de apurar as denúncias que chegavam ao seu conhecimento, o que levou, inclusive, ao congelamento do Pronatec, o DEM será arrolado junto com o PT, misturado na mesma cesta de maçãs podres que o governo Bolsonaro pretende exibir.

O presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia, já manifestou insatisfação com a operação por arrastar seu partido para o imbróglio. Para quem necessita de Maia para o trâmite da Reforma da Previdência não é bom negócio criar novas arestas.

O governo não pode limitar as investigações apenas ao período dos governos petistas. Isto seria um atestado de que o Estado estaria sendo utilizado para perseguir um adversário político. Hoje é o PT, e amanhã quem seria?

Não se discute que, em havendo suspeitas – e elas existem desde a criação dos programas nos governos petistas -, elas devem ser investigadas. Mas sem fogos de

artifício ou direcionamento político. Ademais o episódio deixa Sérgio Moro mal na fita por se prestar a cumprir um papel que não faz jus à sua biografia.

O Fla-Flu da Educação está longe de se encerrar. As universidades federais se articulam para tentar desestabilizar o ministro Véliz Rodriguez, com a possível deflagração de movimento grevista nitidamente político.

O governo, por sua vez, se organiza para averiguar problemas apontados pelo Tribunal de Contas da União nas prestações de contas de várias universidades. Os reitores têm autonomia para compras e licitações e depois prestam contas para o TCU. Em sua guerra ideológica, o governo, se não for cuidadoso, pode cometer injustiças e provocar tragédias. É só lembrar do que ocorreu recentemente na UFSC.

Nessa batalha do rochedo contra o mar, perde a Educação, perdem os professores. E sobretudo os alunos, que são as grandes vítimas dessa rixa perversa.

Hubert Alquéres é professor e membro do Conselho Estadual de Educação (SP). Lecionou na Escola Politécnica da USP e no Colégio Bandeirantes e foi secretário-adjunto de Educação do Governo do Estado de São Paulo

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

### **MEC paralisa discussão de plano para formar professor**

#### **Base Nacional Comum havia sido apresentado em dezembro e deveria ser aprovado ainda em 2019. Decisão surpreendeu especialistas da área**

O Ministério da Educação (MEC) pediu de volta o plano para reformular a formação do professor, que já estava em fase de discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE).

O projeto, chamado de Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica, tinha sido apresentado em dezembro. Já havia até reuniões marcadas com especialistas para mostrar pesquisas sobre o tema.

A Base previa, entre outros pontos, que os futuros professores tivessem, desde o primeiro semestre da faculdade, atividades práticas em escolas. Esse é considerado por especialistas um dos principais problemas da carreira docente no Brasil.

Jovens superdotados: a mexicana que se formou psicóloga aos 13 anos e fará mestrado em Harvard aos 17

O projeto também estabelecia que os professores fizessem uma prova de habilitação para docência ao fim do curso, experiência que tem tido êxito em vários países para selecionar os melhores profissionais para a carreira. O trâmite esperado seria o de o CNE discutir o projeto, que depois deveria voltar ao MEC para homologação.

Especialistas em educação ficaram surpresos ao saber da notícia, dada por conselheiros do CNE durante o seminário internacional Educação Já, realizado pelo movimento Todos pela Educação. "É natural que o novo governo queira entender melhor o projeto, mas me preocupa muito porque nós já estamos muito atrasados em políticas docentes", diz a diretora do Centro de Excelência e Inovação da FGV e ex-diretora do Banco Mundial Claudia Costin.

Para a consultora em educação Mariza Abreu, que foi secretária de Educação do Rio Grande do Sul, o problema é que não se sabe agora quanto tempo vai demorar para se fazer uma nova política de formação docente, que é urgente.

Procurado, o MEC informou que "o pedido foi feito porque a atual gestão do MEC quer ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base". "Só depois da análise do documento - que foi entregue ao CNE pela gestão anterior no apagar das luzes - é que o MEC decidirá se fará alterações."

Copyright © 2018 Estadão. Todos os direitos reservados

**CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL**

**Confira hoje a segunda chamada do Prouni**

**Pré-selecionados devem comprovar informações até 27 de fevereiro**

A segunda chamada do Programa Universidade para Todos (Prouni) será divulgada nesta quarta-feira (20), na página do programa do Ministério da Educação (MEC). Os pré-selecionados ingressarão no ensino superior ainda no primeiro semestre deste ano. Antes, no entanto, será necessário comprovar as informações até o dia 27 de fevereiro.

A etapa de comprovação dos dados deve ser realizada na própria instituição de ensino que oferta o curso em que o estudante foi aprovado. Será necessário levar documentos que ratifiquem os dados concedidos no ato da inscrição tais como os comprovantes de: identificação do candidato e dos membros da família, residência, renda, conclusão do ensino médio, entre outros.

Prouni | Lista de Espera

Quem não for pré-selecionado na segunda chamada, pode se inscrever na lista de espera do Prouni, que estará disponível para inscrição em 07 e 08 de março. O resultado será disponibilizado entre os dias 11 e 13 do respectivo mês.

O Prouni 2019 registrou 946.979 inscritos e 1.820.446 candidaturas, já que cada estudante pode cadastrar até duas opções de curso. O processo seletivo do primeiro semestre ofertou 243.888 vagas, sendo 116.813 integrais e 127.075 parciais – com bolsas de estudo de 100% e 50% respectivamente.

A quantidade de oportunidades disponibilizadas foi a maior de todas as edições desde 2005, quando o programa foi implantado. Desde então, mais de 2,47 milhões de estudantes já foram contemplados.

Quem pode participar?

Podem se inscrever no processo seletivo, estudantes que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 e somaram mais de 450 pontos nas provas objetivas além de nota maior de zero na redação. É também necessário ter estudado em escola pública ao longo do ensino médio ou ter sido bolsista integral da rede privada. Deficientes físicos e docentes da educação básica na rede pública também podem concorrer, devendo comprovar as respectivas condições.

A renda familiar per capita também é critério de seleção, não podendo ultrapassar um salário mínimo e meio por pessoa para concorrer às bolsas integrais e três salários

mínimos para as parciais.

Calendário Prouni 2019.1

- Segunda chamada: 20 de fevereiro
- Entrega dos documentos para garantir a matrícula: 20 a 27 de fevereiro
- Adesão à lista de espera: 7 e 8 de março
- Resultado da lista de espera: 11 de março
- Entrega dos documentos para garantir a matrícula: 12 e 13 de março

topo ↕

## **O PROGRESSO - MA - TEMPO REAL**

### **Em Brasília, deputado Marco Aurélio busca apoio da bancada Maranhense para cursos de mestrado e doutorado da UFMA**

Na manhã desta terça-feira (19), o deputado estadual Professor Marco Aurélio (PCdoB), esteve em Brasília, onde participou de uma importante reunião com deputados federais e senadores da bancada federal Maranhense. O objetivo da visita foi solicitar apoio para os cursos de mestrado e doutorado do campus de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, recentemente aprovados pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - **CAPES**.

No final de 2018, o deputado recebeu a reivindicação da direção do campus de Imperatriz, juntamente com os coordenadores dos mestrados e doutorado e professores da instituição. Marco Aurélio propôs como encaminhamento buscar uma agenda com a bancada e nesta terça-feira começou a pavimentar este caminho, contando com a sensibilidade dos parlamentares.

O parlamentar dialogou com a grande maioria dos deputados federais e também com os Senadores Weverton e Eliziane Gama. O pleito é que seja criada uma agenda em Brasília envolvendo a Reitoria da UFMA, a direção do campus de Imperatriz e coordenadores dos mestrados e doutorado com a bancada e também com o Ministério da Educação, em busca de apoio para o pleno funcionamento dos cursos recém aprovados pela **CAPES**, mas que estão sem condições suficientes de funcionamento.

“Trata-se de uma causa de suma importância para nossa região. Atendemos a reivindicação da direção do Campus de Imperatriz e em nossa incursão de hoje, começamos a sensibilizar os parlamentares para o tema. A bancada foi muito acolhedora, temos uma previsão de que a audiência seja marcada em breve e esperamos que bons frutos sejam colhidos desta iniciativa.” declarou o deputado Marco Aurélio.

Os cursos aprovados foram os mestrados em Sociologia, Comunicação Social, Saúde e Tecnologia e Formação Docente, além do Doutorado em Ciências de Materiais.

topo ↕

## **REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL**

### **Ministros participam da posse do novo Conselho Superior da CAPES**

Em marco inédito na sua história, a **CAPES** recebeu nesta terça-feira, 19, a visita de dois ministros de pastas mais próximas às atividades da instituição. Ricardo Vélez

Rodriguez (Educação) e Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação) participaram de reuniões e da posse do novo presidente da **CAPES**, assim como a dos novos integrantes do Conselho Superior da Coordenação.

Em reunião com **Anderson Correia**, os ministros discutiram projetos prioritários para as duas pastas, como o Ciência na Escola e Alfabetização, que são metas dos primeiros cem dias da gestão do Governo Federal. “Vamos trabalhar em conjunto”, afirmou Marcos Pontes. Ricardo Veléz destacou a importância do trabalho da **CAPES** e afirmou que “sem educação, ciência e tecnologia não teremos desenvolvimento”.

O presidente elencou suas metas à frente da **CAPES**: a aproximação com o setor privado, a compreensão do impacto social e regional da pesquisa, o alinhamento entre o destino dos recursos e os resultados da avaliação, a internalização e o trabalho integrado das agências de pesquisa.

Além do novo presidente, tomaram posse no Conselho Superior da **CAPES** quatro representantes do governo e dois da comunidade acadêmica: os secretários do MEC Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tânia Leme de Almeida (Educação Básica), João Luiz Filgueiras de Azevedo, do CNPq, general Barroso Magno, da Finep, Márcio de Castro Silva Filho, do Foprop, e Otávio Luiz Rodrigues Junior da USP. O conselho, que tem como um dos objetivos estabelecer prioridades e linhas orientadoras das atividades da **CAPES**, é formado por 20 membros.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 19.02.2019

topo ↕

## **REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL CAPES, USP e Sociedade Brasileira de Bioquímica discutem expansão da pós-graduação**

Propostas para expansão e melhoria da pós-graduação foram apresentadas nesta terça-feira, 19, a dirigentes da **CAPES**. Representantes da Universidade de São Paulo (USP) e da Sociedade Brasileira de Bioquímica trouxeram sugestões e mostraram iniciativas de promoção à expansão e simetria regional na oferta de cursos de mestrado e doutorado.

As duas instituições foram recebidas por **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**. Pela USP, participaram o reitor, Vahan Agopyan, e o pró-reitor de pós-graduação, Carlos Gilberto Carloti Junior. As professoras Helena Oliveira (Unicamp) e Helena Nader (Unifesp) estiveram presentes pela Sociedade Brasileira de Bioquímica.

Atualmente, a USP tem 23 mil alunos na pós-graduação, sendo que metade deles são bolsistas da **CAPES**. Já a Sociedade de Bioquímica desenvolve desde 2013 programa que visa reduzir as desigualdades regionais na formação de mestres e doutores nesta área. O projeto envolve 15 instituições de ensino superior públicas de várias partes do País, com 250 estudantes e 81 formados.

Também participaram da reunião, as diretoras Sonia Bão (Avaliação), Zena Martins (Programas e Bolsas no País) e Connie MacManus (Relações Internacionais).

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 19.02.2019

topo ↕

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Anderson Correia destaca importância da educação básica

Anualmente, coordenadores de áreas do conhecimento se reúnem para discutir a avaliação das propostas de novos cursos. Nesta segunda-feira, 18, este encontro foi marcado pela apresentação de **Anderson Correia**, novo presidente da **CAPES**.

Em seu discurso, o presidente falou sobre o orçamento, o crescimento da pós-graduação e destacou o envolvimento da Coordenação com a educação básica: “Uma ação importante que está em pauta nesse governo, é a educação básica. Tem dois programas prioritários no governo Bolsonaro: o Ciência nas Escolas e o de alfabetização. São programas grandes que vão contar com a **CAPES**”.

#### Avaliação

Coordenadores de área são consultores que supervisionam, planejam e executam as atividades de suas áreas junto à **CAPES**, incluindo as ações relativas à avaliação dos programas de pós-graduação. Dos 24 membros do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), 18 são coordenadores de área. O Conselho delibera em última instância sobre propostas de cursos novos e notas atribuídas na avaliação periódica dos programas de pós-graduação.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 19.02.2019

topo ↕

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Há vagas para capacitação nos Estados Unidos, Canadá e Irlanda

Estão abertas vagas para cursos de capacitação nos Estados Unidos, Canadá e Irlanda, destinados a profissionais da educação básica da rede pública de ensino.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** oferece 618 oportunidades a professores, coordenadores e supervisores pedagógicos.

“Essa iniciativa marca a retomada dos investimentos para a educação básica com parcerias em países estratégicos na formação de professores, valorizando a prática docente e as experiências internacionais que possam agregar mais conhecimento ao ensino brasileiro”, afirma Carlos Lenuzza, diretor de Educação a Distância e Educação Básica da **Capes**.

As inscrições, gratuitas, são feitas on-line com preenchimento de formulário e envio de documentos pela internet. Além de passagens aéreas, os participantes terão direito a benefícios como ajuda de custo, seguro saúde e alojamento.

O edital para os Estados Unidos, em parceria com a Comissão Fulbright, é direcionado aos professores de língua inglesa. São 486 vagas para um curso intensivo de seis semanas em universidades norte-americanas. Podem participar docentes da rede públicas estadual, municipal e distrital, em efetivo exercício da profissão. As inscrições vão até 17 de março.

O outro edital é promovido pelo Colleges and Institutes Canada (CICan). São 102 vagas destinadas aos professores de todas as áreas da educação básica das redes municipal, estadual e distrital. Dividido em duas partes – a primeira em um curso básico de inglês e a outra em um curso de formação, voltado para gestão de sala de aula e aprendizagem centrada no aluno. O curso terá duração de oito semanas e as inscrições podem ser feitas

até 26 de março.

Para a Irlanda, são 30 vagas para coordenadores e supervisores pedagógicos de qualquer escola da rede pública (municipal, estadual, distrital e federal). As inscrições vão até 26 de março. É realizado em parceria com o Mary Immaculate College e oferece cursos de inglês, desenvolvimento de habilidades em liderança e gestão pedagógica. O curso tem duração de doze meses. Os requisitos para concorrer a vagas dos cursos em cada país e os benefícios estão detalhados nos editais.

topo ↕

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

### **Educar é lidar com imaturidade, inconstância, egoísmos, narcisos feridos, incapacidade de ver o outro e uma insegurança brutal que se traveste de arrogância**

O ano letivo engrena e chega a um novo momento para pensar na imensa tarefa de educar. Se você é mãe ou pai responsável, deve ter medo. Se você for um professor de qualidade, pode estar apreensivo. Quem sabe a responsabilidade da escola na definição do futuro de alguém tem apreensões.

Não existe receita. Vamos trazer dados objetivos para que cada mãe e cada pai, cada escola e cada professor possam acrescentar sua visão de mundo e complementar (ou contradizer) o que proponho a seguir.

1) Alguém é educado da mesma maneira que alguém peca na liturgia católica: “Por pensamentos e palavras, atos e omissões”. Você educa pelo que diz, pelo que omite, pelo que faz e até por pensamentos, já que eles provocam marolas no olhar ou são pais de gestos concretos. Ao dirigir, você está educando um filho que está na cadeirinha do banco de trás. Ao entrar na sala de aula, sua roupa, seu tom de voz, sua postura, seu sorriso ou seu azedume estão educando. O chamado “currículo oculto” é, quase sempre, o mais poderoso da educação.

2) Educação deve ser um equilíbrio entre o prazer lúdico que produz muito conhecimento e, por vezes, a insistência do esforço que não está acompanhado de resultado imediato. Focar em sorrisos 100% do tempo atende o aluno-consumidor e não ao ser humano maduro. É errado supor que tudo deva ser sofrimento e equivocado dizer que só tem valor quando fazemos com gargalhadas. A “chatice” nunca é um bom projeto, mas o gosto do esforço deve e pode ser estimulado.

3) A sala de aula e as atividades culturais declaradas são importantes, porém existe a autonomia do indivíduo. O desejo de consumo, por exemplo, é quase igual para todos os alunos ao emergirem do Ensino Médio. Nenhuma aula disse que o smartphone X era o melhor, mas o mundo inteiro disse algo assim. Isso deve nos deixar um pouco menos preocupados: fazemos muito, não controlamos tudo. Nem todos os desejos e as repulsas dos alunos derivam do gosto dos pais ou da orientação dos professores.

4) Muitos pais de classe média e alta dão celulares bem cedo para os filhos sob o argumento de que “todos os colegas possuem um”. A ida para a Disney segue lógica similar. Uma roupa da moda acaba sendo imposta porque a criança/adolescente ficaria deslocada/do em outro traje. Quem pensa assim está produzindo uniformidade, time, torcida ou batalhão militar. Uma parte do sucesso no futuro dependerá de autonomia, inteligência, originalidade. Em resumo, querer tudo igual torna seu filho e sua filha

iguais em demasia e, como tal, mais aptos à repetição. Ser “hipster” no sentido original e positivo da palavra, é uma estratégia boa de sucesso. Pensar de forma autônoma dá mais futuro.

5) Se alguém de 14 anos fosse maduro e equilibrado, soubesse aprender por si e fosse sábio, pais e professores poderiam ser dispensados. Um médico é procurado por doentes. Educar é lidar com imaturidade, inconstância, crises artificiais, egoísmos, narcisos feridos, incapacidade de ver o outro e uma insegurança brutal que se traveste de arrogância. Pais e mães têm poder sobre os filhos porque os filhos necessitam do poder. São seres únicos, ainda que sejam na teoria e na prática incapazes judicialmente. Professores estão ali para fazer parte do processo longo, penoso e desgastante de pressionar o carvão para que surja algum diamante. É por serem difíceis que a criança e o jovem necessitam de você.

6) Não cansarei de repetir: não educo para suprir dores da minha educação, para sublimar o que ouvi no passado ou para ressignificar minhas frustrações. Educo um ser único, especial, parte da minha biografia, todavia autônomo nas coisas boas e ruins. Educo para o futuro, educo-me junto, reaprendo valores, entendo que gerações anteriores tinham vantagens e defeitos e, por fim, pratico a suprema lição ecológica: amparar o animal selvagem ferido é, exclusivamente, para reinseri-lo na natureza. O grande objetivo de toda educação é liberar o educando no mundo selvagem e complicado. O cativado protege e imbeciliza. A jaula é desejo de controle do proprietário, raramente um anelo do bicho. Bichos/animais no mesmo parágrafo que alunos e filhos? Se alguma fera lê o Estadão eu peço desculpas. Foi um pleonismo didático.

7) Há pais, professores, mães e outros educadores que criam fronteiras e regras bem demarcadas. Há quem prefira laços mais frouxos. Há os que ligam de meia em meia hora e há os que se controlam. As linhas variam e dependem de muitos fatores. Só existe uma questão que jovens não perdoarão no futuro: a indiferença. Dá para superar um pai controlador, difícil encarar o omissor. Educar é um projeto enorme e duradouro. Já escrevi que há mais gente fértil no mundo do que vocações autênticas de pai e de mãe. Há mais gente com diploma de licenciatura do que professores de verdade. Sua linha pode variar. O que nunca será esquecido é se você esteve presente, integral, empenhado e com todo o seu corpo e alma no momento. Pode errar junto, nunca distante.

A escola e a família podem muito, mas não podem tudo. Você é responsável e seu papel fundamental, todavia o mundo lhe excede, o futuro não lhe pertence e o ser humano não é determinado pelos pais e professores. Tente fazer o melhor, haverá erros e lacunas enormes, mas tudo pode ser reparado se existiu um projeto genuíno de estimular liberdade, conhecimento, curiosidade e valores coerentes. O resto? Devemos dar uma chance profissional a terapeutas e psicólogos. A vida sempre será o maior professor de todos nós. É preciso ter esperança.

topo ↕

**AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**Enem 2019: Governo prepara inspeção em banco de questões para excluir da prova suposta ideologia de gênero**

**Anunciada internamente, comissão formada por quatro pessoas indicará itens que serão anulados**

BRASÍLIA - O governo federal vai revisar todas as perguntas do Banco Nacional de Itens, de onde saem as questões que serão usadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. Uma comissão formada por quatro pessoas terá a missão de anular itens que expressem uma suposta "ideologia de gênero" — apontada como uma das principais mazelas da educação brasileira pelo presidente Jair Bolsonaro, embora não haja levantamento sobre a dimensão disso nas escolas e nem mesmo reconhecimento desse termo por parte de educadores.

A decisão de fazer uma devassa no Banco Nacional de Itens, tratada ainda sob sigilo, foi anunciada em reunião interna nesta semana e confirmada ao GLOBO pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A entidade é responsável pelo cadastro robusto com questões de qualidade técnica testada para compor as diferentes avaliações educacionais do governo federal. Os itens voltados ao Enem serão os primeiros a serem revisados para que o exame deste ano — que só é montado mais próximo da data de aplicação, prevista para novembro — não traga assuntos considerados inadequados pelo novo governo. Mas o banco inteiro passará pela inspeção.

O Banco Nacional de Itens fornece questões para todas as avaliações de larga escala feitas pelo Inep, como as provas que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), usadas para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb), e os testes aplicados para medir a qualidade do ensino superior, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), entre outros.

Marxismo Cultural

Dos quatro integrantes da comissão que será criada para revisar o Banco Nacional de Itens, dois devem ser indicados pelo Ministério da Educação (MEC), capitaneado pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Entusiasta do combate ao que chama de "marxismo cultural" nas escolas e em universidades, Vélez Rodríguez já fez diversas declarações, inclusive em sua posse no cargo, contra uma "tresloucada onda globalista" que seria responsável por "destruir valores" da sociedade ligados a "família, igreja e pátria".

Os outros dois lugares restantes na comissão poderão ser ocupados por um representante do Inep e outro da "sociedade", desde que ligado ao setor da educação. Os nomes não estão definidos. Quem fez o anúncio em agenda interna foi o próprio presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, que vai criar o grupo. A comissão deve elaborar um parecer, a partir do qual os itens serão excluídos do banco de questões, com a análise do corpo técnico do instituto.

Prova deve usar termos alinhados aos valores da sociedade, diz presidente do Inep

Procurado pelo GLOBO, Marcus Vinicius Rodrigues confirmou a informação, dizendo que o Enem deste ano já será montado sob o crivo da revisão do Banco Nacional de Itens. De acordo com ele, o objetivo é ter uma prova que meça conhecimento sem fazer uso de "termos e posições" em desacordo com a "nossa sociedade".

— Num primeiro momento, faremos com o Enem. E pretendemos, sim, fazer com todas as provas. Nosso objetivo é fazer com que as provas mantenham o respaldo técnico que já têm. São provas excelentes, mas também queremos fazer com que essas provas

busquem o conteúdo usando termos e posições que tenham alinhamento mais adequado com a nossa sociedade — afirmou o presidente do Inep.

Ele destacou que questões relacionadas à "ideologia de gênero", bem como outras que não estão de acordo com os "valores da sociedade", serão excluídas do Banco Nacional de Itens. Segundo ele, a prova não perderá em conteúdo com as mudanças.

## PUBLICIDADE

— Não sei como uma questão de ideologia de gênero poderia medir o conhecimento de um profissional que venha a atuar no mercado. Como ela, provavelmente, não vai mensurar esse conhecimento, vou sugerir, sim, que uma questão que tenha essa conotação não conste na prova.

Rodrigues afirmou que os quatro integrantes da comissão serão "pessoas que tenham legitimidade e conhecimento necessário". Ele não adiantou os nomes a serem convidados nem o perfil acadêmico procurado. Mas prevê para breve a formação do grupo.

Durante a campanha eleitoral, o então candidato Jair Bolsonaro criticou uma questão do Enem 2018 que trazia, no fragmento de um texto de apoio, menção a um dialeto usado pela comunidade LGBT. Na época, ele disse que, caso eleito, olharia antes a prova aplicada a milhões de jovens que buscam ingressar no ensino superior para ter certeza de que tais assuntos não estariam presentes.

Bolsonaro afirmou querer conferir a prova do Enem

Questionado se o presidente inspecionará o exame deste ano, Rodrigues afirmou que, respeitando as questões jurídicas e legais, ele decidirá sobre isso quando houver um eventual pedido do presidente. Porém, destacou a legitimidade dada a Bolsonaro pela votação popular expressiva, mas sem afirmar que ele teria acesso à prova:

— O presidente do Inep tem autonomia para formar comissões para analisar as provas. O presidente Bolsonaro é o presidente do Brasil, com a legitimidade de 60 milhões de votos. Se ele achar conveniente olhar a prova, o presidente do Inep, dentro de aspectos legais e jurídicos, tomará essa decisão — diz Rodrigues.

[topo](#)

## JC ONLINE - TEMPO REAL

### MEC paralisa discussão de plano para formar professor

**O projeto previa, entre outros pontos, que os futuros professores tivessem, desde o primeiro semestre da faculdade, atividades práticas em escolas**

O Ministério da Educação (MEC) pediu de volta o plano para reformular a formação do professor, que já estava em fase de discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE).

O projeto, chamado de Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica, tinha sido apresentado em dezembro. Já havia até reuniões marcadas com especialistas para mostrar pesquisas sobre o tema.

A Base previa, entre outros pontos, que os futuros professores tivessem, desde o primeiro semestre da faculdade, atividades práticas em escolas. Esse é considerado por especialistas um dos principais problemas da carreira docente no Brasil.

O projeto também estabelecia que os professores fizessem uma prova de habilitação para docência ao fim do curso, experiência que tem tido êxito em vários países para selecionar os melhores profissionais para a carreira. O trâmite esperado seria o de o CNE discutir o projeto, que depois deveria voltar ao MEC para homologação.

## Reações

Especialistas em educação ficaram surpresos ao saber da notícia, dada por conselheiros do CNE durante o seminário internacional Educação Já, realizado pelo movimento Todos pela Educação. "É natural que o novo governo queira entender melhor o projeto, mas me preocupa muito porque nós já estamos muito atrasados em políticas docentes", diz a diretora do Centro de Excelência e Inovação da FGV e ex-diretora do Banco Mundial Claudia Costin.

Para a consultora em educação Mariza Abreu, que foi secretária de Educação do Rio Grande do Sul, o problema é que não se sabe agora quanto tempo vai demorar para se fazer uma nova política de formação docente, que é urgente.

Procurado, o MEC informou que "o pedido foi feito porque a atual gestão do MEC quer ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base". "Só depois da análise do documento - que foi entregue ao CNE pela gestão anterior no apagar das luzes - é que o MEC decidirá se fará alterações."

topo 

## JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ÚLTIMAS

### **Dólar à vista reduz alta com chegada de Bolsonaro à Câmara**

Estadão Conteúdo

O mercado de câmbio iniciou esta quarta-feira (20), sem direção única, oscilando perto da estabilidade, em meio a ajustes de posições em relação ao fechamento em baixa da sessão anterior. Logo depois, o dólar à vista passou a subir.

Segundo operadores, o mercado precificou a primeira derrota do governo na Câmara, ocorrida nessa terça-feira (19). Para alguns analistas políticos e econômicos ouvidos pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, essa postura parlamentar demonstra a dificuldade do governo Bolsonaro na articulação política na Câmara.

Mais cedo, no entanto, a moeda americana devolveu parte do ganho em meio à chegada do presidente Jair Bolsonaro à Câmara para entregar a proposta de reforma da Previdência.

Às 9h30min, horário em que Bolsonaro chegou à Câmara, o dólar à vista subia 0,17%, a R\$ 3,7229, após registrar máxima em R\$ 3,7344. O dólar futuro para março recuava 0,09%, a R\$ 3,7235, ante máxima pouco antes em R\$ 3,7355 (+0,25%). Às 10h03min, moeda à vista subia 1,19% a 97.659 pontos.

A decisão dos deputados contra interesses do governo, ontem, ocorreu em meio à divulgação de áudios pelo ex-ministro da Secretaria-geral da Presidência, Gustavo Bebianno, que mostram confronto de versões entre ele e Bolsonaro sobre conversas.

Dos áudios revelados nesta terça pela revista Veja, com o que seria o diálogo de Jair

**Bolsonaro com Gustavo Bebianno, consta preocupação do presidente** com a investigação da suspeita de desvio de dinheiro público no PSL, por meio de candidatas que teriam simulado participação na campanha.

O material divulgado pela publicação versa sobre mensagens trocadas por Bebianno com Bolsonaro enquanto o presidente ainda estava internado, no dia 12, terça-feira passada, conforme o ministro relatara ao jornal O Globo. Bolsonaro, no entanto, ainda de acordo com os áudios, não considera que as mensagens via WhatsApp se configurem conversa.

Porém, para especialistas em comunicação e mídias sociais, a troca de áudios com o ex-ministro Bebianno pelo WhatsApp configura uma conversa. "É fora da realidade ele (Bolsonaro) negar que seja uma conversa", afirmou o especialista em comunicação digital Luli Radfahrer, da USP. "Uma conversa é a troca de informações em voz entre pessoas independente do canal, por telefone, por Skype e também por WhatsApp", disse Radfahrer.

"Quando interessa, é conversa. Quando não interessa, não é conversa", afirmou a professora Pollyana Ferrari, especialista em mídias sociais no curso de Comunicação e Multimeios da PUC-SP.

Pesquisador do programa de pós-graduação em Comunicação da ESPM, Luiz Peres Neto disse que "troca de mensagens já configura uma conversa". "É uma troca de signos." Ele falou ainda sobre o que considera "riscos" de se utilizar o WhatsApp. "Se uma pessoa decide revelar a conversa, não há nenhum tipo de infração no dispositivo jurídico regular. Me preocupa um presidente que utiliza como meio de conversa com seus ministros um aplicativo como esse. Demonstra um certo amorismo", afirmou.

topo ↕

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

### **MEC analisa proposta de mudança na formação de professores feita por Temer Documento da Base Nacional de Formação de Professores havia sido entregue em dezembro ao Conselho Nacional de Educação**

São Paulo – O Ministério da Educação (MEC) pediu de volta o plano para reformular a formação do professor, que já estava em fase de discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE).

O projeto, chamado de Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica, tinha sido apresentado em dezembro. Já havia até reuniões marcadas com especialistas para mostrar pesquisas sobre o tema.

A Base previa, entre outros pontos, que os futuros professores tivessem, desde o primeiro semestre da faculdade, atividades práticas em escolas. Esse é considerado por especialistas um dos principais problemas da carreira docente no Brasil.

O projeto também estabelecia que os professores fizessem uma prova de habilitação para docência ao fim do curso, experiência que tem tido êxito em vários países para selecionar os melhores profissionais para a carreira. O trâmite esperado seria o de o CNE discutir o projeto, que depois deveria voltar ao MEC para homologação.

Especialistas em educação ficaram surpresos ao saber da notícia, dada por conselheiros

do CNE durante o seminário internacional Educação Já, realizado pelo movimento Todos pela Educação. “É natural que o novo governo queira entender melhor o projeto, mas me preocupa muito porque nós já estamos muito atrasados em políticas docentes”, diz a diretora do Centro de Excelência e Inovação da FGV e ex-diretora do Banco Mundial Claudia Costin.

Para a consultora em educação Mariza Abreu, que foi secretária de Educação do Rio Grande do Sul, o problema é que não se sabe agora quanto tempo vai demorar para se fazer uma nova política de formação docente, que é urgente.

Procurado, o MEC informou que “o pedido foi feito porque a atual gestão do MEC quer ter ciência e participar ativamente do processo de formulação da Base”. “Só depois da análise do documento – que foi entregue ao CNE pela gestão anterior no apagar das luzes – é que o MEC decidirá se fará alterações.”

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

### **Deputado quer militarizar escolas municipais em Goiás**

**Coronel Adailton (PP) apresentou proposta de convênio entre Estado e municípios que demonstrarem interesse O post Deputado quer militarizar escolas municipais em Goiás apareceu primeiro em Jornal Opção.**

O deputado estadual, Coronel Adailton (PP), apresentou na terça-feira, 19, em sessão ordinária da Assembleia Legislativa, uma proposta de convênio entre Estado e municípios para transformar as escolas municipais em unidades militares. Professores que acompanhavam a reunião vaiaram o parlamentar durante sua fala.

De acordo com o deputado, a ideia do projeto é transformar as escolas municipais, das cidades em que os prefeitos manifestarem interesse, em unidades militares sob iniciativa do governo estadual. Segundo a proposta, seria autorizada a convocação de policiais militares e bombeiros para atuarem no ensino, sem ônus aos prefeitos.

O parlamentar defende a tese de que o modelo adotado pelos colégios militares é um modelo de sucesso. Para ele, o foco de toda a instituição deve ser a qualidade do ensino, priorizando valores, que na concepção do deputado, são essenciais, principalmente em crianças no início da vida escolar, como cidadania, respeito, disciplina e patriotismo.

O coronel Adailton reforça que existem, hoje, em Goiás, 60 colégios militares estaduais, e uma demanda de mais de mil alunos que aguardam na lista de espera. Para ele, esses números só reforçam a qualidade do ensino destas unidades. O deputado ressalta que esta ação já foi implementada em uma escola municipal na cidade de Piranhas, e garante que os resultados estão sendo satisfatórios.

“O Colégio Estadual Dr. César Toledo, em Anápolis, está em primeiro lugar no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), em Goiás, e entre as melhores escolas do país”, afirma o Coronel Adailton. Confrontando estes dados com a não aceitação por parte de alguns professores, o deputado alega que essa aversão pode ser em virtude do termo “militarização”. Para ele, esta palavra tornou-se pejorativa e não condiz com a essência de sua proposta que é melhorar a qualidade do ensino público.

Ao ser questionado sobre as vaias que recebeu durante a sessão, o parlamentar se diz firme em suas convicções, “em meu trabalho, busco sempre o melhor para a

# CLIPPING



coletividade, e pretendo mostrar por meio de resultados que as escolas militares são a melhor forma de deixar os professores trabalharem sem ameaças, sem agressões, como é bastante comum nas escolas públicas, hoje”.

